Os Patrões Marúbo

JULIO CEZAR MELATTI

Em nossa última estada [1] junto aos Marúbo, índios que habitam os altos cursos dos rios Ituí e Curuçá, da bacia do Javari, tivemos a oportunidade de viver, durante todo um mês, na maloca de um patrão indígena. Tal circunstância nos suscitou o interesse em ordenarmos os dados então colhidos, juntando-os a informações tomadas em outras ocasiões sobre o mesmo ou sobre outros patrões, de modo a poder oferecer uma descrição de um fenômeno etnográfico a que se tem dado pouca atenção (um dos raros registros se encontra em AQUINO, 1977, especialmente nas pp. 102-105, referente aos Kaxinawá) e examinar como o papel de patrão, claramente associado à situação de contatos interétnico, acomoda-se a outros, tradicionais na sociedade Marúbo.

Usaremos aqui o termo "patrão" no sentido que lhe é atribuído na região. Trata-se da pessoa que adianta bens de origem industrial,

---

[1] Nossa última pesquisa de campo na região em que vivem os Marúbo se realizou do início de janeiro até meados de março de 1983, envolvendo a visita de algumas malocas do rio Ituí. O último período de campo de Delvair Montagner Melatti, por sua vez, durou de meados de outubro ao começo de fevereiro de 1983 e incluiu a visita a quase todas as malocas do rio Ituí. Anteriormente ela tivera oportunidade de colher dados junto aos Marúbo durante o levantamento que fez de maio a junho de 1982 nos rios Itacoaí e Ituí, para fins de delimitação de área indígena, como funcionária da FUNAI. Mas nossas duas primeiras etapas de campo, nós as fizemos junto com ela, visitando os Marúbo tanto do Ituí como do Curuçá, de dezembro de 1974 a março de 1975 e de maio a setembro de 1978. Todos os períodos de campo de ambos os pesquisadores foram realizados com o apoio financeiro do CNPq, menos o de 1980, de iniciativa da FUNAI e o de 1974-5, auxiliado por um convênio entre o MINTER e a Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília e a FUNAI contribuíram com o nosso salário e o de Delvair Montagner Melatti, respectivamente, menos no caso da última etapa desta pesquisadora, por então se encontrar em licença.

ou pelo menos oriundos de algum tipo de beneficiamento ou manufatura regional, chamados de "mercadoria", a outras que lhe devem retribuir com resultados da extração florestal, chamados de "produto". O patrão que opera como pequeno comerciante embarcado ("regatão") com base nos pequenos centros urbanos regionais ou como um extrator que se destacou de seus companheiros de trabalho por ter conseguido como crédito um estoque de mercadorias de um regatão, chama os seringueiros e madeireiros a que faz adiantamentos de seus "fregueses". Esses patrões, entretanto, são fregueses de outros comerciantes maiores, que são, por sua vez, seus patrões. Tais comerciantes mais abastados lançam mão de financiamentos bancários ou dependem de adiantamentos de firmas de cidades grandes. Assim, o sistema de "aviamento", característico da Amazônia (OLIVEIRA, 1981, descreve como esse sistema, em decadência, opera no rio Negro), é constituído de cadeias de patrões-fregueses. A moeda é a unidade de cálculo das transações, mas sua circulação se restringe cada vez mais, à medida que desce a cadeia na direção daqueles que são exclusivamente fregueses (ALLEGRETTI ZANONI, 1979, analisa as relações de trabalho sobretudo nesses elos inferiores da cadeia, num seringal do Acre).

1. LAURO BRASIL

O índio Marúbo Lauro Brasil é um patrão. Ao chegarmos a sua maloca no dia 2 de fevereiro de 1983, pudemos observar de perto uma construção que já nos chamara a atenção quando passáramos por ali, pelo rio, sem atracarmos, e que nos parecera, então, uma capelinha. Era uma edificação sobre pilotis baixos, quadrada, com cerca de dois metros de lado, paredes e assoalho de madeira e teto de duas águas de zinco. Tinha uma varanda em forma de "L", que correspondia a quase metade de sua área, sendo a restante ocupada por um cômodo fechado, que se comunicava com o exterior apenas por uma janela, que dava para a varanda. Para entrar nesse cômodo era preciso pular a janela, o que só Lauro fazia ou pessoa de sua confiança. A janela também servia de balcão, onde eram atendidos os fregueses e empregados, que tinham a sua disposição um banco comprido, na varanda, defronte dela. Dentro do cômodo havia prateleiras onde estavam expostas as mercadorias: tecidos, camisas, calças, calções, cuecas, pólvora, chumbo, cartuchos, pilhas, fósforos, fumo de rolo, papel de cigarros, cachaça, vinho, sabão, sa-

bonetes, perfumes etc. A construção era pintada de branco, com a base das paredes, a janela e a grade da varanda em verde, e molduras das janelas (havia também uma falsa janela para compor um dos lados da construção) em vermelho. Dava os fundos para o rio e tinha, no alto da cumeeira, em sua extremidade frontal, uma pequena cruz de madeira. A madeira, o zinco, a pintura, faziam-na destacar-se das demais edificações, seja da tradicional maloca, coberta de palha de jarina da cumeeira ao chão, seja dos depósitos-oficiais sobre estacas, também cobertos de palha, com assoalho e paredes de casca de paxiúba (para uma descrição da maloca Marúbo e das construções que a rodeiam, consulte-se MONTAGNER MELATTI & MELATTI, ms.). Mas Lauro também guardava mercadorias em, pelo menos, um dos dois depósitos-oficinas que tinha junto à maloca, dispondo ainda de um pequeno depósito de combustíveis no porto, onde também abrigava o motor de sua canoa. Como qualquer Marúbo, Lauro mantinha todos esses lugares onde acomodava seus bens trancados a cadeado. Podemos chamar de "botequim" ao estabelecimento de Lauro, para usar um termo que vimos ele próprio e outro Marúbo aplicarem a lojas semelhantes, reservando o termo "cantina" para aqueles inteira ou parcialmente administrados por uma agência assistencial como a Missão ou a FUNAI.

Para obter as mercadorias, Lauro lançava mão de duas fontes de fornecimento. Uma delas era o regatão Raimundo Cabral, que tem casa comercial em Benjamin Constant. Este mesmo, em informações que concedeu a Delvair Montagner Melatti em meados de dezembro de 1982, quando esteve no alto Ituí, afirmou que trabalhava com os Marúbo havia quatorze anos, por conseguinte desde mais ou menos 1968. Sabe-se que em passado recente vários regatões faziam comércio no alto Ituí, mas nos últimos anos, devido à proibição da FUNAI, nenhum, com exceção de Cabral, ultrapassava o Posto Indígena de Atração Ituí (PIA Ituí, destinado originalmente aos Matís) para alcançar os Marúbo. Aliás, desde 1974-75, quando estivemos pela primeira vez na região, os Marúbo, tanto do Ituí quanto do Curuçá, reclamavam da proibição (que tinha o propósito de não deixar perturbar os trabalhos de atração nos cursos médios desses rios), mostrando-se desejosos de restabelecer um comércio regular com os civilizados. Lauro por mais de uma vez nos contou que fora ele que solicitara ao comandante militar de Tabatinga que permitisse ao regatão comerciar com os Marúbo e, graças a isso, a FUNAI (ou o comandante) lhe tinha concedido um prazo de quatro

ou cinco anos para continuar seu comércio (ou talvez para encerrar seus negócios, recebendo as últimas dívidas). O fato é que, vencido ou não esse prazo, Cabral continuava a subir o rio.

Segundo Lauro, obtida a permissão, Cabral lhe adiantou 320.000 cruzeiros em mercadorias e 80.000 em dinheiro, o que teria ocorrido por volta de 1979. A data coincide aproximadamente com a indicada numa informação, tomada por Montagner Melatti, segundo a qual a cantina de Lauro foi aberta por Cabral em 1980, após aquele a ter solicitado a Magalhães, um dos maiores empresários de Benjamin Constant. De fato, segundo um dos missionários, Cabral recebe aviamento de Magalhães. Lauro, por sua vez, nos disse que Cabral, na sua última viagem (dezembro de 1982), havia-lhe transferido 250.000 cruzeiros para fazer o pagamento de madeireiros. Lauro estava lhe devendo 700.000 ou 800.000 cruzeiros, não sabia bem, pois o regatão não lhe havia dado nota. Por conseguinte, os números que aqui se transcreverão não devem ser muito precisos. Não há, por exemplo, maneira de conferir informações divergentes, como a de Raimundo Dionísio, outro patrão Marúbo de que falaremos mais adiante, que especificou quanto Cabral deixou a Lauro na sua primeira (150.000 cruzeiros em dinheiro e 300.000 em mercadorias), segunda (150.000 em dinheiro e 400.000 em mercadorias) e terceira (300.000 em dinheiro e 400.000 em mercadorias) viagens, acrescentando que a primeira fora em 1976.

A outra fonte de abastecimento de Lauro era a cidade de Cruzeiro do Sul. Para aí chegar é preciso percorrer um caminho terrestre sobre os divisores de águas que separam as bacias dos rios Javari e Juruá e subir este último, nas embarcações que por ele trafegam, até aquela cidade. Segundo Lauro, nesta ele não tem quem lhe forneça aviamento: como é "caboclo", tem de pagar à vista. Para resolver esse problema, usa de várias soluções: venda de pelas de borracha e de carne de caça salgada em Cruzeiro do Sul ou utilização do dinheiro que lhe é adiantado por Cabral. Uma informação tomada por Montagner Melatti, em outra maloca, acrescenta que, quando o pessoal de Lauro vai a Cruzeiro do Sul, as mulheres acompanham os homens para ajudá-los; elas carregam pelas e carne de caça. Porém Lauro nos disse que não pretendia mais levar borracha para Cruzeiro do Sul, pois aí estavam pagando por ela 450 cruzeiros o quilo, enquanto Cabral lhe pagava 500. Lauro adquiriria nessa cidade aquelas mercadorias que podiam ser transportadas às costas, como roupas, embora entre elas se contassem outras incômodas para assim transportar, como gasolina, para ser

usada sobretudo no motor de popa de sua canoa, e cachaça. Cabral não levava esta última porque o missionário não o permitia, mas, argumentava Lauro, como o lugar ali era dele e não do missionário, ele comprava cachaça. Noutra ocasião, Lauro usou como argumento para reivindicar seus direitos ao lugar em que vivia e a área que explorava, afirmando que os membros de sua seção, os Shanenáwavo,[2] eram os mais antigos moradores do alto Ituí e das cabeceiras do Paraguaçu, contrastando-a com seções como a dos Kananáwavo (a que pertence o patrão Raimundo Dionísio), que seria da cabeceira do Curuçá. As seções que discriminava então como outrora não aparentadas à sua, acrescentando que no passado o pessoal de Raimundo Dionísio comia até gente, têm boa parte de seus membros como moradores das proximidades de Vida Nova, a sede da Missão.

Lauro classificava as pessoas com quem fazia transações em duas categorias: os "fregueses" e os "empregados". Os fregueses, no sentido já indicado de pessoas que recebem mercadorias em adiantamento para retribuírem com produtos, eram índios de várias malocas, sobretudo do Ituí, bem como alguns civilizados do alto Paraguaçu, afluente daquele. Já os empregados eram aqueles que trabalhavam para Lauro a troco de uma diária e mais a alimentação. A madeira que estes extraíam no rio Paraguaçu pertencia a Lauro. Parte de suas diárias podia ser recebida adiantadamente sob a forma de mercadorias, mas dinheiro só receberiam no final da safra, quando Cabral viesse buscar a madeira. Quanto à borracha, Lauro a comprava deles tal como aos fregueses. Alguns empregados também tinham suas próprias colocações de extração de madeira, e comerciavam as toras que delas extraíam tal como se fossem fregueses de Lauro. Os empregados também deviam ajudar a Lauro a plantar a roça e não recebiam nada por isso, alegando o patrão que ela se destinava à própria alimentação dos empregados, que recebiam comida gratuitamente, e que os gêneros nela produzidos não se destinavam a transações comerciais. Os empregados de Lauro, em fevereiro de 1983, em número de onze, estão assinalados na Figura 1.

---

[2] Na grafia dos nomes Marúbo utilizamos a mesma convenção apresentada em MELATTI, 1977: 84, nota 2, porém com algumas alterações, que foram adotadas pela Missão Novas Tribos do Brasil em seus textos nessa língua: o *b* foi substituído por *v*; o *c* e *qu* por *k*; e o *sr* por *sh*. Além disso, para evitar dificuldades na oficina gráfica, substituímos o til, quando sobreposto ao *e* ou ao *i*, por um *n* posposto a essas vogais.
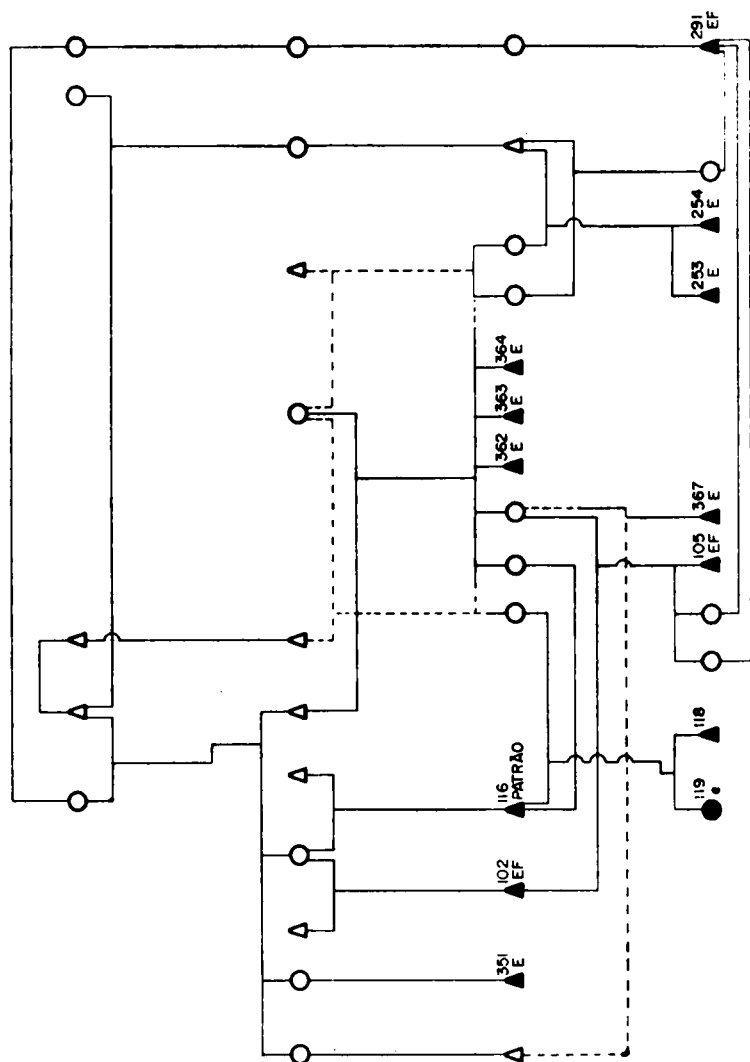
FIGURA 1

E) Empregado em 1982-3; EF) empregado e freguês em 1982-3; e) futuro empregado; 102) Antônio Brasil; 105) Benedito; 116) Lauro Brasil (patrão); 118) Cildo; 119) Hilda; 253) Cláudio Pepe; 254) Tenedo; 291) Manoel Sebastião; 351) Jalmo; 362) Adilson; 363) José; 364) Bel; 367) Ilson.

Os empregados recebiam então 500 cruzeiros por dia de trabalho. Mas três deles mantinham com Lauro relações especiais, certamente devido a laços de parentesco mais íntimo. Um era seu filho Cildo, que não recebia diárias, mas que também não pagava nenhuma das mercadorias que tomava do pai. A seu meio-irmão Antônio Brasil cobrava as mercadorias a preço de custo, que as podia pagar no fim do ano (certamente queria dizer com isso que se tratava de um prazo mais longo). Quanto a Ilson, filho da esposa de Antônio e que este tinha como seu próprio filho, era uma espécie de capataz ou auxiliar de Lauro, recebendo uma diária maior, de 800 cruzeiros. Uma vez Ilson nos mostrou o caderno em que fazia suas anotações. Na última página havia três colunas, cada uma correspondente a um empregado. Assinalava com um "X" cada dia de trabalho do empregado e com um traço horizontal cada vez que ele havia trabalhado apenas meio-dia. Mas na folha não estavam indicados os dias do mês ou da semana. O mesmo Ilson confirmou que empregados tais como Adilson, José e Bel, irmãos das esposas de Lauro, recebiam 500 cruzeiros por dia, mas acrescentou que os casados (como era o caso de Adilson) ganhavam mais. Disse-nos ainda que ele mesmo ganhava 10.000 cruzeiros por mês (o que equivale a muito menos que 800 cruzeiros por dia), mas que já então deveria ser mais; achava que iria ganhar 15,000 mensais, mas não sabia. Enfim, assim como Lauro não sabia exatamente quanto devia a Cabral, seu auxiliar também desconhecia quanto iria receber. Do próprio Lauro chegamos a ouvir alusões a um descontentamento dos empregados para com ele, porque não conseguiam pagar os adiantamentos que tinham obtido. Mas nosso desconhecimento da língua Marúbo nos impediu de ouvir algo com mais detalhes a respeito. Lauro queria conseguir da FUNAI que sua filha Hilda fosse estudar na cidade, para que pudesse auxiliá-lo nas transações comerciais, pois nem ele e nem seu filho Cildo tinham estudo (embora tenhamos observado que Lauro sabia escrever).

Além dos onze empregados, Lauro calculou ter vinte fregueses. Com base em referências a certas dívidas, nas informações sobre toras de madeira prontas para serem atiradas ao rio ou tiradas dos igarapés, nas chegadas, que nós próprios vimos, de balsas de toras à maloca de Lauro, e nos raros casos de entrega de borracha, pudemos assinalar alguns desses fregueses na Figura 2.
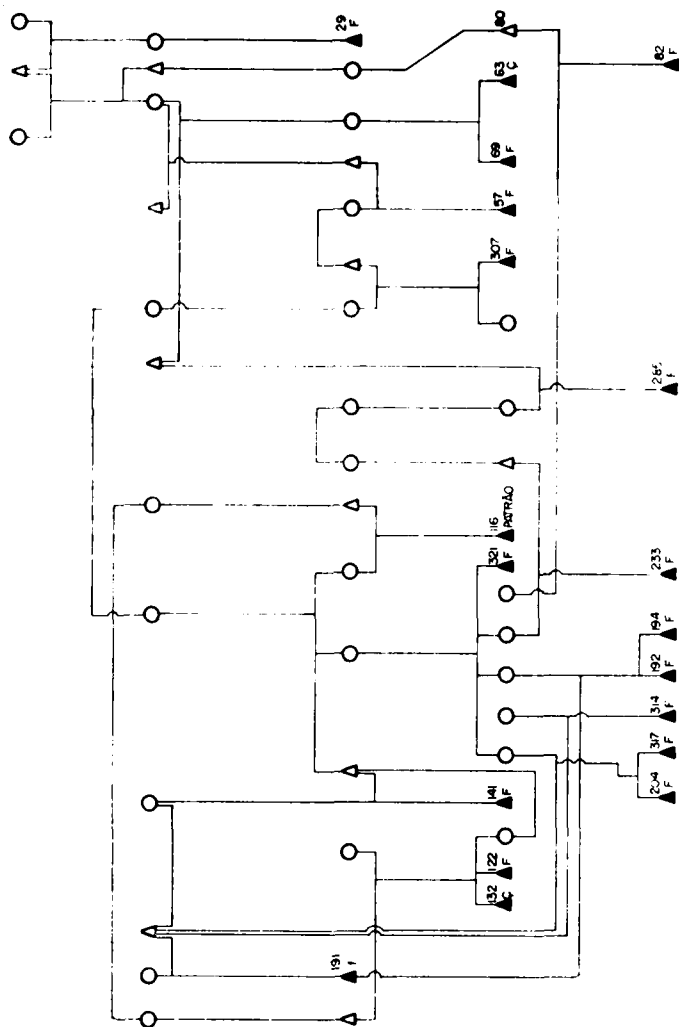
FIGURA 2

F) Freguês em 1982-3; f) futuro freguês; ç) caçadores em projeto futuro; 29) Abel; 63) Miguel; 69) Pedro, 82) Altino; 116) Lauro Brasil (patrão); 122) João (ou Zezinho); 132) Raimundo José; 141) Armando; 191) Zacarias; 192) Topãpa; 194) Napoma; 204) Fernando; 233) Pana; 285) Võkokãma; 307) Alberto; 314) Valdir; 317) Sebastião; 321) Paulino.

Para dar uma idéia, ainda que vaga, do volume das transações de Lauro, apresentamos aqui algumas cifras tomadas de maneira esparsa, que nos possibilitaram elaborar o quadro anexo, que, apesar de incompleto, parece digno de registro. As toras nele indicadas como produzidas pelos empregados eram provenientes do rio Paraguaçu, enquanto as dos fregueses tinham origem no rio Ituí. No quadro, as dívidas daqueles fregueses que eram também empregados (indivíduos assinalados sob os n.os 102, 105 e 291) foram integralmente consideradas nas linhas que lhes correspondem como fregueses.

No intuito de se fazer uma idéia das possibilidades de cada freguês pagar sua dívida, deve-se levar em conta a informação de Lauro segundo a qual o valor da tora de cedro era de 10.000 cruzeiros (certamente quando de primeira) e o da tora de ucuuba ou de marupá, de 2.500 cruzeiros (embora afirmasse que Cabral lhe tinha dito que era de apenas 1.500).

Segundo Lauro, no ano anterior (melhor seria dizer safra anterior) se haviam extraído 370 toras no Paraguaçu, todas de cedro, no que talvez haja algum exagero. Manoel Sebastião, um de seus empregados, apresentou a Montagner Melatti uma informação discordante, dizendo-lhe, em dezembro de 1982, que no ano (entenda-se safra) anterior o pessoal do Lauro teria extraído cerca de 170 toras de cedro, de primeira e segunda, para pagar dívida de 800.000 cruzeiros a Cabral. Eram oito pessoas a trabalhar; só o informante tirara 40 toras, sendo 15 de cedro de primeira.

Quanto à borracha, não era então o tempo de sua safra, embora um pequeno número de pessoas continuasse a se aplicar na sua extração, aparecendo no botequim de Lauro uma ou outra pela que, nos últimos dias de fevereiro de 1983, somavam 132 quilos, sendo 44 provenientes de um freguês civilizado do alto Paraguaçu. Lauro pagava a borracha a 500 cruzeiros o quilo, descontada a "tara". Por exemplo, Abel lhe trouxe 30,800 quilos, mas só lhe foras creditados 26,300 quilos. Outros 16 quilos foram trazidos por Altino, apesar de seu pai ser outro patrão Marúbo, Raimundo Dionísio, que negocia com borracha. Manoel Sebastião também contou a Montagner Melatti que no ano anterior (1981) haviam entregado 1.000 quilos de borracha a Cabral, para pagar mercadorias no valor de 400.000 cruzeiros. O próprio regatão Cabral de algum modo confirmou essa informação à mesma pesquisadora, quando lhe assegurou, em dezembro de 1982, que no ano anterior havia comprado a Lauro mais de 800 quilos de borracha.

PRODUÇÃO E DÍVIDAS DE ALGUNS FREGUESES E EMPREGADOS DE LAURO BRASIL, SAFRA DE 1982-83 (INCOMPLETO

CATEGORIAS	N.º DE IDEN-TIFICAÇÃO	PRODUÇÃO EM TORAS				DÍVIDA EM Cr$
		Cedro	Ucuuba	Marupá	Total	
Empregados		24	55		79	
	69	1	3		4	
	102 e 105		10	10	20[a]	30.000[b]
	122		13		13	42.000
	141	24	23		47	138.000
	192		7		7	8.000
Fregueses	194		10		10	
	291	3	2	4	9	98.000[c]
	314	5			5	
	321		15		15	33.000[d]
	317 e 204					54.000
TOTAL		57	138	14	209	403.000
TOTAL ESTIMADO PELO PATRÃO					300[e]	563.000

OBSERVAÇÕES:

a) Outra informação indica 24.
b) Corresponde apenas à dívida do indivíduo n.º 105.
c) O indivíduo n.º 291 calculava dever apenas Cr$ 80.000,00.
d) Ao contrário das outras, esta dívida foi calculada depois da dedução do valor das toras indicadas no quadro.
e) Não está claro se este número corresponde apenas às toras que seriam comercializadas por ele ou se a toda produção da área.

Nas suas transações Lauro procurava obter lucro e juros. Por exemplo, declarou-nos um dia que, se Cabral lhe pagasse 10.000 cruzeiros por tora de cedro, ele só repassaria 9.000 a seu freguês; se Cabral desse 2.500 cruzeiros por tora de ucuuba ou de marupá, ele pagaria ao freguês apenas 2.200 ou 2.300. Essa diferença só poderia ser calculada exatamente no momento em que Cabral chegasse, rebocasse a madeira e fizesse o pagamento do saldo (se positivo) ou adiantasse mais dinheiro. Aí é que Lauro pagaria em dinheiro os saldos de seus fregueses e completaria as diárias de seus empregados. Durante os trabalhos de extração, apenas adiantava ou pagava em mercadorias. Lauro vendia uma calça *jeans* por 7.500 cruzeiros, quando deveria valer em Cruzeiro do Sul 4.000, havendo até mais baratas. Se aí comprava tecidos a 500 cruzeiros (o metro), revendia-os por 600. Se comprava a Cabral a caixa de cartuchos por 5.000 cruzeiros, repasava-a por 5.500. Também aumentava o preço do sabão. Explicou-nos também que, se ele comprasse um rádio por 17.000 cruzeiros e se alguém quisesse adquiri-lo pagando-lhe à vista, cobrar-lhe-ia 19.000; mas se o comprador fosse demorar a pagar, exigiria 25.000. Contou-nos ainda que tinha camisas compradas em Cruzeiro do Sul guardadas em seu depósito, mas estava aguardando os preços subirem para expô-las no botequim; se as expusesse naquele momento, elas acabariam logo. Ele também fazia, portanto, remarcação de preços.

Certamente o lucro de Lauro não era a simples diferença entre seus preços e os da cidade. Era preciso deduzir suas despesas. Assim, por exemplo, um civilizado do alto Paraguaçu comentou que Lauro cobrava o quilo da pólvora a 4.000 cruzeiros, quando em Cruzeiro do Sul era 1.500. Perguntamos-lhe então por que não fazia suas compras diretamente naquela cidade. Em resposta, alegou-nos várias razões: teria de pagar passagem em embarcação, na ida e na volta, no Juruá, teria de pagar carregadores para trazer as compras pelo varadouro ou então carregá-las ele próprio às costas. De fato, Lauro nos informou que pagava 1.000 cruzeiros por carregador no varadouro e que a passagem de embarcação no Juruá era de 2.000 cruzeiros (não ficou claro se incluiu a ida e a volta). Há a acrescentar as despesas com eventuais refeições na cidade, pois parece que Lauro se hospedava em casas de conhecidos.

Malgrado sua admiração e amizade por Raimundo Cabral — que traz tudo que lhe pede, mas cobra caro, alegando que demora a receber e não cobra juros — Lauro mais de uma vez nos falou de seus planos de evitar o comércio com o regatão no futuro, fa-

zendo suas transações diretamente com as cidades. Pretendia pôr seringueiros Marúbo no Ituí, no trecho entre sua maloca e a foz do igarapé Pentiaco, mais abaixo, aumentando as estradas de seringa já existentes. Tirariam bastante borracha para ele poder comprar um motor de popa de 400.000 cruzeiros, com o qual poderia levar a produção diretamente a Benjamin Constant, sem o intermédio de Cabral. Mas reclamava que cada Marúbo não fazia mais do que uns 140 quilos de borracha por safra, embora ele mesmo, com um cunhado, tenha uma vez extraído 1.050 quilos. Ele não queria mais trabalhar com madeira a partir do ano (safra) seguinte; no "inverno" (estação mais chuvosa, tempo da extração de madeira) iria descansar, iria fazer roça para ter o que comer. Uma outra vez nos disse que metade da borracha (da próxima safra) iria vender a Cabral, e a outra metade diretamente na foz do Javari. O civilizado Osmar, do alto Paraguaçu, já lhe estava fazendo um batelão de cinqüenta palmos de comprimento. Já havia pago a metade do preço do motor, faltando-lhe ainda 100.000 cruzeiros (note-se que na outra informação o motor era de 400.000); era de nove cavalos, igual ao de outro patrão Marúbo, Sebastião Francisco. Para poder pagar o restante e trazer o motor, que era de segunda mão, do Juruá, Lauro pretendia chamar Raimundo José e Miguel (assinalados na Figura 2) para caçar animais grandes (antas, veados, porcos) mais a jusante, a fim de vender sua carne em Cruzeiro do Sul. Lauro lhes daria a munição, sal para conservar a carne, pagaria os carregadores e a gasolina do motor (a ser usado certamente no transporte dos caçadores para ir ao local da caçada e dele voltar e no da carne até a entrada do varadouro) e ainda daria aos caçadores 200 cruzeiros por quilo de carne. Seu amigo civilizado, Nilo Morais, que tem dois motores, faria o transporte da carne pelo Juruá. E ela seria vendida em Cruzeiro do Sul a 500 cruzeiros o quilo, pois os moradores dessa cidade estão enjoados de carne de animais domésticos.

Lauro, que em 1983 poderia estar perto dos quarenta anos de idade, é casado com duas mulheres, consideradas irmãs entre si (ainda que não tenhamos conseguido estabelecer com certeza a relação genealógica exata entre as mesmas). Contou-nos alguma coisa de sua vida que certamente tem algo a ver com a atividade comercial pela qual enveredou. Disse-nos que, antes da morte de seu pai, foi para Cruzeiro do Sul com Mário Peruano (Figura 3; civilizado atualmente casado com uma irmã das esposas de Lauro), para trabalharem lá. Na maloca em que morava havia quinze ho-

mens adultos, dentre os quais se contavam Santiago, seu pai, que, diz ele, era o "dono", e seu tio materno Anastácio, que viria a ser seu sogro. Naquele tempo os Marúbo não trabalhavam em seringa, apenas nos roçados. Quando Lauro voltou de Cruzeiro do Sul, seu pai estava para morrer, e um mês depois faleceu. Lauro ficou trabalhando para Emília, esposa de João Peruano (em Cruzeiro do Sul): plantava milho, limpava roça, fazia farinha, levava bolos para vender na rua. Por isso, diz ele, é que aprendeu a vender as coisas. Antônio, seu irmão, foi buscá-lo na cidade. Quando retornaram para a maloca, o Marúbo Raimundo Dionísio tinha muita mercadoria. Lauro foi trabalhar para ele, que não lhe vendeu e sim deu, diz Lauro pois não possuia balança (para pesar a borracha que lhe era entregue). A borracha estava a cinco mil réis em Cruzeiro do Sul. Então apareceram soldados com o Sargento Iraci. Vinham saber se os Marúbo é que tinham matado dois homens no rio São Lourenço. Os índios que sabiam falar português foram conversar com o sargento, mas parece que Lauro é que o fazia melhor. Disse-lhe que os homens não haviam sido mortos por eles, porque o rio São Lourenço era muito longe dali. O sargento convidou Lauro para ir até o lugar das mortes. Eram trinta soldados. Foram até a cabeceira do São Lourenço e não viram rastros nem paus quebrados. Foram então para o outro lado (do Ituí). Andaram dois dias e viram rastros, vestígios. Deviam de ter sido os Matís, pensa atualmente Lauro. Sugeriu-lhes que fossem até a maloca. Mas já estava faltando comida e os soldados voltaram. Levaram Lauro para Tabatinga, onde ficou quatro meses. Lá carregava capim, semente, tijolos, no quartel. Cláudio, sobrinho do Sargento Oscar, ensinava-lhe os números, à noite. Quanto a ler, não aprendeu muito. O Sargento Oscar o trouxe de volta até o rio Coari. Daí para cima continuou com o regatão Newton Costa. O Sargento Oscar (que veio a ser padrinho de seu filho, Cildo) queria que ele voltasse para ser soldado: de dia trabalharia e de noite seria soldado. Lauro concordou. Iria descar para Tabatinga assim que apanhasse sua roupa na maloca. Mas o pai de Fátima o convidou para casar com ela: Você não vai mais, pode ficar aqui. Lauro casou, mas não ficou na casa do sogro, indo morar mais para baixo. Quando se casou com a segunda esposa, Marina, o sogro já tinha morrido.

Sua experiência na cidade, num tempo em que poucos Marúbo desfrutavam dela, sem dúvida deve ter contribuído para sua carreira comercial. Mas Lauro é um patrão recente, que só nos últimos anos tem aparecido como tal. No tempo de nosso trabalho de

campo em 1978, Lauro fazia suas viagens por varadouro ao Juruá, mas parece que apenas para atender às necessidades de sua maloca. Só mais recentemente é que vem se destacando como o patrão mais bem abastecido entre os Marúbo.

2. SEBASTIÃO FRANCISCO

Em 1978 quem tentava estabelecer-se como patrão era Sebastião Francisco, filho de mulher Marúbo e de um civilizado já falecido, chamado Faustino, oriundo do Juruá, que manteve relações comerciais com os Marúbo por volta de 1950, época em que eles retomavam o contato com os brancos. Se Lauro vive na primeira maloca Marúbo (excluído o grupo local que se formou junto ao PIA Ituí) encontrada por quem sobe o rio Ituí, Sebastião estabeleceu-se acima da última da série de malocas que margeiam esse rio. Do local onde vive, que nunca visitamos, parte um varadouro para o Juruá, distinto daquele utilizado por Lauro, que prefere o que sai do alto Paraguaçu.

Através de informações tomadas por Montagner Melatti, em junho de 1978, na casa do já citado Mário Peruano, civilizado que vem a ser parente de Sebastião Francisco, este tinha acabado de fazer o serviço militar e iria agora abastecer os Marúbo que trabalhavam com seringa. Naquele momento ele estava em Cruzeiro do Sul em busca de nota fiscal e para trazer um civilizado que cuidasse de seu armazém quando ele saísse para negociar pelo rio. Procurava desestimular o civilizado Crispim, que tentava abastecer os índios a partir do alto Paraguaçu, desde 1977, sob a proteção do Marúbo Raimundo Dionísio, alegando que na área indígena não podiam entrar civilizados, embora (disse-nos Mário Peruano) ele mesmo ameaçasse introduzir civilizados no Ituí, para trabalharem para ele, se os de Crispim não se retirassem. Sebastião Francisco estava recebendo mercadorias do comerciante Francisco Martim, que fazia comércio entre Manaus e Cruzeiro do Sul .Trouxera as mercadorias nas costas, do Juruá às cabeceiras do Ituí. Em agosto sairia de canoa por este rio para abastecer os índios. A borracha que recebesse iria vendê-la para Francisco Martim. Pretendia também ensinar os Marúbo a extraírem a sorva.

Sebastião mantinha então relações com certos Marúbo semelhantes às que descrevemos entre Lauro e seus empregados. Por exemplo, em meados de junho de 1978 disse-nos que iria chamar Eduardo e Simão para abrirem a estrada de seringa de Mário Pe-

ruano, seu freguês. No mesmo mês falamos com o rapaz Francisco, que estava fazendo as estradas de Reissamon de um e de outro lado do rio, juntamente com Lino e Raimundo, a serviço de Sebastião. Francisco nos disse que este ia lhe pagar 300 cruzeiros, mas não sabia se por mês ou por estrada. Eduardo nos disse que ganhava 300 cruzeiros por mês; havia feito três viagens para carregar mercadorias: açúcar, sal etc. Os carregadores ganhavam 50 cruzeiros por dia. Eduardo nos mostrou uma nota de mercadorias que ele e seu irmão haviam obtido de Sebastião, no valor de 8.046 cruzeiros. Sebastião queria lhes cobrar essas mercadorias mais caro, mas Eduardo lhe exigiu que fizesse os mesmos preços do seringal Boa Fé (no Juruá).

Tal como no caso dos empregados de Lauro, os de Sebastião também podiam operar como fregueses, tirando borracha de suas próprias colocações para vender. Além deles havia os que pareciam manter apenas a relação de freguês. Tanto fregueses como empregados estão indicados na Figura 3.

Uma informação tomada por Montagner Melatti em 1980 mostra que Sebastião continuava atuante: Paulino e outros moradores de sua maloca iriam ajudá-lo a transportar mercadorias do Juruá, quando tivessem terminado de extrair o látex.

Em 1982-83, Sebastião continuava com suas atividades comerciais. Assim, em dezembro de 1982, o regatão Cabral disse a Montagner Melatti que só tinha conseguido duas pelas nas malocas do alto Ituí acima da sede da Missão, pois Sebastião tinha levado todas para o Juruá. Eduardo e Felipe haviam deixado a maloca de Reissamon para morar com Sebastião. Além de borracha, Sebastião comprava e levava para o Juruá farinha, couros e carne de caça. Registramos também sua atuação como intermediário em um caso de venda de madeira: Eduardo lhe vendera 10 toras de cedro e 5 de ucuuba, que Sebastião repassaria a Cabral.

Em fevereiro de 1983 Sebastião nos contou que durante a meninice viveu na maloca de João Tuxaua. Quando jovem, passou de cinco a dez anos em Cruzeiro do Sul, na casa de parentes de seu pai. Depois voltou ao rio Curuçá, para ver se dava certo viver na maloca. Tornou, porém, a Cruzeiro do Sul, onde viveu mais três anos. Trabalhou por conta própria, serrando tábuas para vender. Depois empregou-se na loja de um parente, que entrou em dificuldades financeiras por causa de um problema de família. E quando Sebastião começou a trazer mercadorias para o alto Ituí, pessoas a quem seu parente confiara a loja lhe deram um desfalque. Porém,
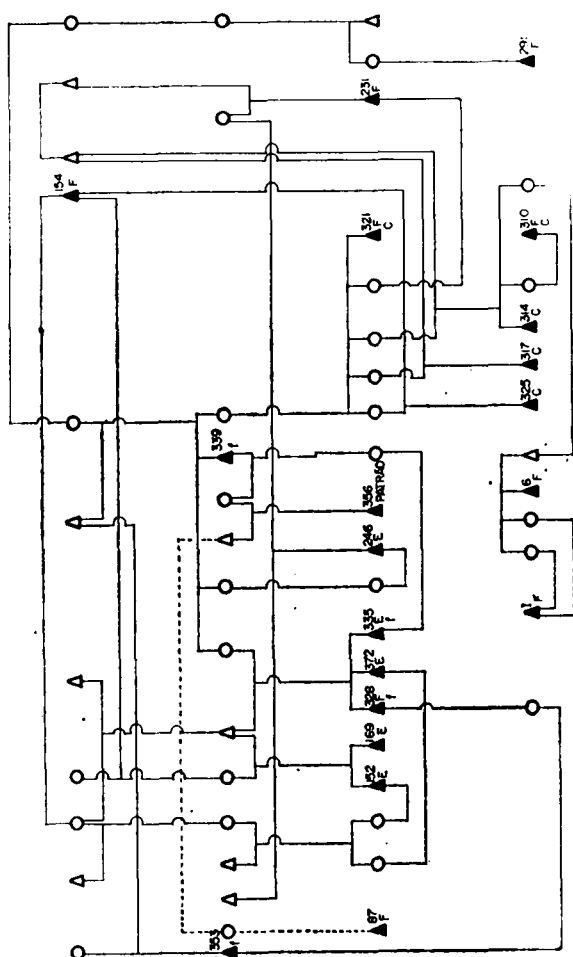
FIGURA 3

E) Empregado em 1978; F) freguês em 1978; C) carregador em 1980; f) freguês (e talvez empregado) em 1982-3; 1) Mário; 6) Nonato; 87) Mário Peruano (civilizado, Mário Paulo de Oliveira); 152) Lino (ou Heleno); 154) Carlos Vargas; 169) Raimundo; 231) Miguel; 246) Newton (ou Francisco); 291) Manoel Sebastião; 307) Alberto; 310) Ricardo; 314) Valdir; 317) Sebastião; 321) Paulino; 325) Artêmio Carlos Vargas; 328) Reissamon; 335) Eduardo; 339) Felipe; 353) Luís; 356) Sebastião Francisco (patrão); 372) Simão.

ele tornou a se reestabilizar e agora possuía uma loja bem sortida e estava no negócio da plantação de seringueiras. Não temos condições para confirmar se o comerciante Francisco Martim, o parente chamado Francisco, em cuja casa Sebastião costumava se hospedar, e o comerciante apelidado Chico Alípio, aparentado a Sebastião, são a mesma pessoa. Sebastião estava pensando em ir embora do Ituí, mas tinha ainda umas contas a receber. Queria se estabelecer em Cruzeiro do Sul, mas seu sogro (civilizado), que mora no Juruá, na outra extremidade do varadouro que sai de sua casa, queria que fosse morar junto com ele.

3. RAIMUNDO DIONÍSIO

Raimundo Dionísio começou bem antes dos outros patrões já apresentados. Quando visitamos os Marúbo pela primeira vez, a partir do final de 1974, ele estava um tanto inativo, mas possuía um motor de rabeta e já passara por uma fase comercial. Naquela ocasião nos contou que havia começado a trabalhar com madeira em 1970; vendera então 123 toras ao regatão Newton Costa, que não pagara bem: 1.200 cruzeiros. Em 1972 tirara 64 toras, vendendo-as a Cabral; ganhara 2.000 cruzeiros em dinheiro e 6.000 em mercadorias (embora tenha se referido a um total de 8.300 cruzeiros): motor e barco, cartuchos, dez quilos de chumbo, quinhentos metros de tecido.

Informações dessa primeira etapa de campo, dadas por Mário Peruano a Montagner Melatti, nem sempre inteiramente concordes entre si, dizem que Raimundo Dionísio foi o primeiro a explorar aqueles terrenos (onde está sediada a Missão). Quando seu pai, Dionísio, morreu, Raimundo ficou desgostoso e foi para Manaus, onde viveu dois anos com os missionários. Os Marúbo Carlos, João Tuxaua e o falecido Ernesto trabalhavam com Tomás Maia (proprietário do seringal Boa Fé, na confluência do Ipixuna com o Juruá). Raimundo conseguiu mercadorias dele, mas parece que não foi muito bem nos negócios. Depois conseguiu muita mercadoria com Antônio Maia (sobrinho de Tomás Maia; isso foi certamente depois da morte deste). Os Marúbo que moravam junto a Raimundo começaram a lhe fornecer borracha e couros a troco de mercadoria. Antônio Maia deixou Boa Fé e Raimundo parou de comerciar. Nessa época ficou tuberculoso e foi a Manaus para se tratar. Na volta, procurou trabalho em madeira junto a Newton Costa, gerente de João Barbosa, que era "dono" do rio Ituí. Newton Costa viajava

pelo rio para receber madeira e borracha. Quando João Barbosa morreu, seu filho não deu importância a esse comércio; Newton Costa foi embora; e os regatões invadiram o rio: João Angelo, Raimundo das Neves, José Maria, Mário Brasil, Raimundo Cabral. Os Marúbo tiravam madeira para Raimundo Dionísio e este a vendia aos regatões e assim foi até a época de Raimundo Cabral. Em 1970, Raimundo Dionísio e outros Marúbo tiraram 70 cedros para a FUNAI transportar e vender à empresa PRAMA. Como ela não o fez, venderam-nos a Raimundo Cabral. Com o dinheiro (em uma das informações diz que era adiantamento da PRAMA) Raimundo Dionísio comprou motor, batelão, cartuchos, tecidos, sal, sabão, gasolina. A partir de Cabral, os Marúbo tenderam a comerciar diretamente com ele, sem o intermédio de Raimundo Dionísio. É que a princípio só ele sabia falar português; à medida que outros aprendiam essa língua, passavam a fazer seus negócios diretamente com os civilizados. Quando começou seu comércio com Boa Fé, Raimundo Dionísio vendia o produto, comprava as mercadorias e as dividia igualitariamente entre os que tinham trabalhado. Era uma "irmandade". No período de estagnação por que passou Raimundo Dionísio após 1970, parece que reduziu seus negócios ao trabalho com seus irmãos. Uma fonte de seus rendimentos era o trabalho como informante lingüístico prestado aos missionários. Os Marúbo que negociavam seus produtos com Raimundo Dionísio estão assinalados na Figura 4.

Lauro Brasil lembra que, quando Raimundo Dionísio começou a comerciar com Antônio Maia, os Marúbo (ou melhor, a parte deles que migrou do Curuçá para o Ituí) estavam no igarapé Água Branca, um afluente do alto Ituí. Os missionários ainda não tinham vindo (para o local onde hoje estão instalados). Raimundo Dionísio trazia de Boa Fé de 20 a 25 maletas, muito sabão, panos, muitas espingardas. Levava para Boa Fé de 200 a 300 pelas de borracha. O batelão de Antônio Maia ia buscar a borracha na extremidade de lá do varadouro, pelo igarapé Catirina, que então era bem limpo.

Em 1978, Raimundo Dionísio recebia borracha de alguns fregueses para vendê-la em Benjamin Constant ao comerciante Hiram, segundo informou Sebastião Francisco. Nesse ano, durante nosso trabalho de campo, vários Marúbo estavam morando ou passando temporada no PIA Ituí, mais abaixo, destinado à atração dos Matís. Uns poucos até se empregaram no Posto. Nesse intercâmbio com a FUNAI é que Raimundo Dionísio conseguiu mercadorias do órgão protecionista para abrir uma cantina destinada a comprar borra-
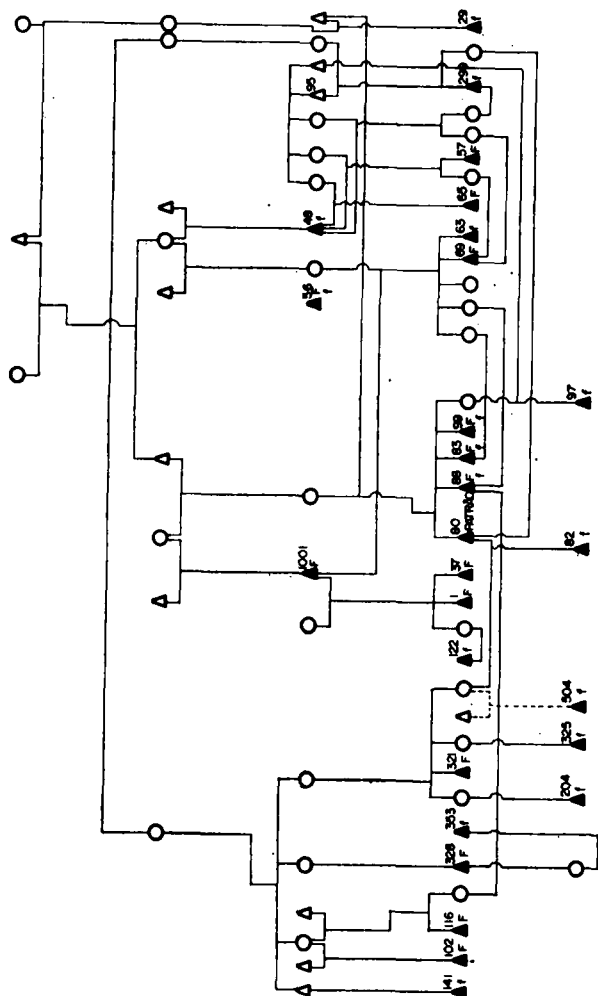
FIGURA 4

F) Freguês no passado; f) freguês em 1982-3; 1) Mário; 29) Abel; 37) Joaquim; 48) José do Nascimento Velho; 56) Floriano; 57) Nicanor; 63) Miguel; 65) José do Nascimento Novo; 69) Pedro; 80) Raimundo Dionísio (patrão); 82) Altino; 83) Cristiano; 88) João Pajé (ou João Dionísio); 97) Benedito Dionísio; 99) Manoel; 102) Antônio Brasil; 116) Lauro Brasil; 122) João (ou Zezinho); 141) Armando; 204) Fernando; 299) Firmínio; 321) Paulino; 325) Artêmio Carlos Vargas; 328) Reissamon; 353) Luís; 504) Zezinho; 1001) Francisco.

cha e artesanato. Raimundo Dionísio contou a Montagner Melatti, em outubro de 1982, que a cantina foi implantada em 1980 pelo chefe do PIA Ituí e vendia camisas de meia e de pano, cuecas, meias, cintos, sandálias, congas, escovas de lavar roupa, escovas de dente, pasta dental, desodorantes, brilhantina, esmalte, agulhas de mão e de máquina, sabão, querosene, gasolina, facas, cartuchos, sal, óleo de cozinha, leite em pó, leite condensado, café, colheres. Esse abastecimento foi feito sob orientação do missionário, que enumerou ao chefe do PIA Ituí os artigos de que os Marúbo gostavam. A cantina comprava dos índios flechas, arcos, sacolas, redes de tucum. Tanto em 1980 como em 1981 a embarcação da FUNAI foi buscar as pelas de borracha. Mas em setembro, Samuel, o chefe do PIA Ituí, que havia visitado os Marúbo três vezes, e que conquistara a simpatia de Raimundo Dionísio, foi transferido. O sertanista Sebastião Amâncio também visitou a cantina algumas vezes, para ajudar Raimundo Dionísio no acerto das contas. Ele nos contou no início de 1983 que um chefe do PIA Ituí (Samuel Vieira Cruz), que tinha posto cantina da FUNAI em todo lugar por onde tinha passado, arranjou-lhe 150.000 cruzeiros, com que ele comprou mercadorias : trinta a quarenta unidades de calções, de cuecas e de camisas; um certo número de calças; três caixas de desodorante; pasta dental. A mercadoria acabou em dois meses. Quando ele desceu o rio com a borracha obtida a troco da mesma, foi falar com o Chefe da AJUSOL (Ajudância do Solimões). que o mandou procurar quem a comprasse a bom preço. Quando procurou um outro funcionário da FUNAI para apresentar-lhe as contas, este pediu que deixasse para depois. Seu irmão, João Pajé, disse-nos que Raimundo Dionísio vendeu essa borracha numa balsa peruana. Anteriormente, o Chefe da AJUSOL, Omar Landi Santos, já se havia referido a esse incidente, em conversa conosco, queixando-se de que a cantina da FUNAI administrada por Raimundo Dionísio não havia dado certo, porque ele trabalhava ao mesmo tempo com o regatão. Ele chegara a Atalaia do Norte com a borracha e, num gesto político, presenteou-a ao Chefe da AJUSOL. Este então recusou-a e lhe disse para vendê-la, mas que aguardasse a subida do preço. Raimundo Dionísio não teve paciência e vendeu-a a seu patrão, comprando com boa parte do dinheiro apurado objetos de uso próprio. Não temos meios de averiguar (e certamente não nos cabe fazê-lo) qual é a versão verdadeira. Mas é interessante notar que em nenhuma delas se fala na devolução à FUNAI dos 150.000 cruzeiros adiantados por esta. Certamente dois fatores contribuíram para esse desencontro. O primeiro foi a transferência para

outra área, antes do momento da prestação das contas de Raimundo Dionísio, do funcionário que lhe havia adiantado o dinheiro, esvaziando a relação do seu conteúdo pessoal que caracteriza as transações entre freguês e patrão. O segundo foi, provavelmente, a interpretação dos outros funcionários da FUNAI do aviamento como uma aplicação a fundo perdido. A FUNAI recentemente fizera, à guisa de aplicação de um projeto, dádivas de fornos de farinha e ferramentas a várias malocas Marúbo, tratando-as assim como se fossem de índios em fase de atração. Sem dúvida, essas duas maneiras conflitantes de tratar a mercadoria devem ter deixado Raimundo Dionísio e outros Marúbo um tanto perplexos. Por exemplo, contou Raimundo Dionísio a Montagner Melatti que a FUNAI destinava um motor de rabeta aos Marúbo do Ituí, para atendimento aos doentes, que acabou não lhes sendo entregue, apesar de terem feito uma canoa grande para ele. Pois bem, não sabendo que o motor estava incluído no atendimento gratuito da FUNAI, os Marúbo chegaram a extrair borracha para pagá-lo.

O fato é que, no final de 1982 e começo de 1983, Raimundo Dionísio não tinha quase nada em estoque na sua casa sobre estacas ao lado da maloca dirigida por seu irmão, mais novo que ele, João Pajé. Quando o chefe do PIA Ituí (sucessor de Samuel Vieira Cruz), transportando-nos numa lancha da FUNAI, deixou-nos na maloca de João Pajé, em janeiro de 1983, este dirigiu-lhe um longo discurso, no qual reclamava, entre outras coisas, que a lancha tinha aportado primeiro junto às casas dos missionários, quando devia fazê-lo antes de tudo na sua maloca, onde vive Raimundo Dionísio, que foi quem descobriu aquele rio (o alto Ituí). Queixou-se também de que a lancha havia vindo vazia, sem nenhuma mercadoria.

Raimundo Dionísio estava decepcionado com a falta de apoio da FUNAI, cujos motores raramente lhe levavam mercadorias, e que só iria enviar um deles por março ou abril de 1983 para buscar madeira. A FUNAI estivera mais presente no começo do funcionamento da cantina; talvez sua falta de atenção agora fosse resultante das grandes dificuldades financeiras em que se debatia a AJUSOL. Raimundo Dionísio se apoiava, para compensar, nas transações com Raimundo Cabral. Assim, as anotações de Montagner Melatti do final de 1982 registram saídas de Raimundo Dionísio para buscar borracha junto a seus fregueses, bem como entregas feitas por estes na cantina dele, e ainda sua falta de dinheiro para pagar-lhes os saldos. Porém, após a visita de Cabral, as mesmas

anotações registram vários pagamentos de saldo feitos por Raimundo Dionísio.

Os seus fregueses recentes que conseguimos identificar, bem como os mais antigos, estão indicados na Figura 4.

4. OUTROS PATRÕES MARÚBO

A história Marúbo inclui duas fases de contato com os civilizados. A primeira se inicia na última passagem do século, no auge da extração da borracha, e se encerra na quarta década do corrente, quando o gradativo abandono da região pelos civilizados, motivado pelo contínuo decréscimo do preço da borracha, os deixa novamente isolados. Nessa primeira fase, seu contato era sobretudo com peruanos, que se dedicavam principalmente à extração do caucho. A segunda se inicia por volta de 1950, quando os Marúbo vão procurar restabelecer relações comerciais com os brancos do Juruá, aos quais passam a fornecer borracha e couros, sendo mais tarde reencontrados também pelos madeireiros originários do Solimões, passando, a partir daí, a extrair também a madeira.

Os patrões a que até aqui nos referimos pertencem a esta última fase, e a eles se podem acrescentar outros, sobre os quais temos poucas informações: José, filho de João Tuxaua, que parece ser o administrador da cantina da FUNAI ou dos presentes que este órgão oferece aos Marúbo do rio Curuçá; Reissamon, no rio Ituí, que não teve sucesso e abandonou o empreendimento; Carlos Vargas, filho de um comerciante peruano da primeira fase do contato e de mulher Marúbo. Carlos foi o primeiro intermediário comercial Marúbo entre os índios e os brancos, no início da segunda fase, talvez por ser o único que, depois do período de isolamento, era capaz de entender o português ou, talvez melhor, o castelhano. Ele fazia os rapazes tirar látex e conduzir as pelas através do varadouro e as vendia a Tomás Maia, o já citado proprietário do seringal Boa Fé; e dele comprava mercadorias para os rapazes.

Esses patrões podem ser colocados numa seqüência. Assim, em 1978, Sebastião Francisco nos contou que seu falecido pai, Faustino (civilizado), fora o primeiro a abastecer os Marúbo; depois de sua morte, foi Carlos Vargas; quando este fracassou, Raimundo Dionísio se encarregou dessa atividade; porém os missionários começaram a construir o campo de pouso e os índios deixaram as atividades extrativas para trabalhar nessa obra, de modo que Raimundo fracassou; agora então era ele, Sebastião Francisco, que se tornara

o fornecedor. Uma informação de Lauro Brasil sobre os primeiros Marúbo a aprenderem a falar português apresenta alguma correspondência com a seqüência de patrões. Teriam aprendido essa língua na seguinte ordem: 1) Raimundo Dionísio (começou a ser patrãos depois de Carlos Vargas); 2) Eliseu (não chegou a ser patrão; há muito residente em Cruzeiro do Sul); 3) Reissamon (começou a ser patrão depois da primeira fase de Raimundo Dionísio); 4) Alfredo (parece que nunca foi patrão); 5) Lauro Brasil (patrão recente); 6) José (provavelmente patrão recente).

Mas houve um patrão Marúbo na primeira fase do contato. Morava no alto rio Curuçá, mais ou menos em frente à foz do igarapé Amburus. Chamava-se José. Seu filho, Júlio, que morreu recentemente, em idade avançada, como funcionário do PIA Ituí, contou-nos em 1975 que os fregueses de seu pai eram brasileiros, peruanos e Marúbo. Ele chegara do Jaquirana sem nada. O português Afonso Alvim, que era "dono" do Curuçá e do Ituí, deixou-lhe muita mercadoria: bolacha, açúcar, café, pão torrado, vinho... Seu pai não queria aceitar; mas quando viu que o negócio era sério, mandou todos trabalharem em caucho e seringa. Quando Alvim retornou, encontrou tanto produto, até pelo terreiro, que não conseguiu embarcar tudo. Deixou até de prosseguir para a casa de um freguês mais acima e voltou dali mesmo. Sua lancha tornou a subir no mesmo mês com mais mercadoria e encontrou mais produto. Naquele tempo as espingardas eram de espoleta, de carregar pela boca, mas na casa de seu pai eram todas rifles 44. Júlio cita "Inglês", que parecia um africano (era um negro barbadiano, segundo um comerciante de Benjamin Constant), como um patrão do alto Curuçá, rival de seu pai. Esse período de decadência da borracha, em que uma série de aventureiros disputava o comércio com os índios, foi tratado rapidamente num outro texto (MELATTI, coord. e red., 1981, pp. 19 e 22-23). Em 1975, Raimundo Luzeiro, morador de Benjamin Constant, contou-nos que seu pai tinha um seringal no Jaquirana (alto Javari), na boca do Batã, no qual foram viver algumas famílias Marúbo. José (que o informante chama de Emiliano), pai de Júlio, também vivia ali perto. Era protegido de José Renán, por sua vez aviado do pai de Raimundo Luzeiro. Por conseguinte, José, antes de se estabelecer no alto Curuçá como patrão, tinha vivido junto com civilizados no alto rio Javari.

Outra informação, de Mário Peruano, diz que todos os comerciantes deixavam mercadoria com José. Um deles seria o pai do ex-regatão Newton Costa. Lauro Brasil, que também nos disse ser José

Costa, o pai de Newton Costa, o fornecedor de José, deu-nos, com auxílio de sua sogra, uma versão bastante clara dos acontecimentos ligados ao assassinato de José, que não vamos apresentar aqui por escapar ao nosso tema. Sua morte decorre de conflito interno aos próprios Marúbo e ela foi seguida de choque armado entre as unidades matrilineares constituídas pelas seções *Satanáwavo* (a que pertencia José) e *Rovonáwavo*, de um lado, e *Varikayõvo* e *Iskonáwavo* (a uma das quais certamente pertenceria seu matador), de outro. Como resultado dessa luta se teria extinto a unidade *Varikayõvo-Iskonáwavo,* hoje representada apenas por dois homens que, dada a regra matrilinear de descendência, estão inabilitados para lhe dar continuidade.

5. À ESPERA DO REGATÃO

Em fevereiro de 1983, Lauro Brasil esperava ansiosamente pelo regatão Raimundo Cabral, de quem falava sempre com demonstrações de estima e admiração e que, além de manter relações comerciais com ele, é também seu compadre, padrinho de um de seus filhos. No final de janeiro, quando ainda combinávamos com ele a visita que faríamos a sua maloca, Lauro nos assegurou que Cabral chegaria no dia 10 de fevereiro. Deixaria seu motor de centro atracado junto à maloca e tornaria a descer o rio num deslizador com um potente motor de popa para participar do Carnaval em Benjamin Constant, após o que tornaria a subir para rebocar a madeira. Naquela ocasião chegamos a fazer planos de descer o rio junto com o regatão, não só para apreciar suas transações comerciais, mas também, talvez, para passar algum tempo com os Marúbo que viviam junto às antigas instalações do PIA Ituí.

Já instalado em sua maloca, ouvimos de Lauro, na manhã de 8 de fevereiro, que havia sonhado com o "Compadre Raimundo". Sonhou que ele vinha pelo varadouro; tinha deixado o deslizador (bote de alumínio, com motor de popa, bastante veloz), porque o nível do rio estava baixo. Vinha em busca de farinha. Lauro lhe ofereceu sua canoa. Foi isso que Lauro nos reproduziu de seu sonho. Comentou então que costuma sonhar com Cabral quando este está próximo de chegar.

Na mesma manhã Lauro ouvia a Rádio Nacional de Cruzeiro do Sul. Disse-nos que Cabral costuma mandar-lhe recados pelo rádio, bem como Eliseu, um Marúbo que há muito vive na cidade.

À noite, ouviu rádio outra vez. Tentou sintonizar a Rádio Nacional de Tabatinga, mais próxima do local onde mora Cabral (Benjamin Conostant), mas só conseguiu mesmo a de Cruzeiro do Sul. No dia seguinte, Lauro continuou a ouvir o programa de recados da Rádio de Cruzeiro do Sul, sem conseguir sintonizar Tabatinga, o que aliás não lograria até nossa saída (parece que era um receptor novo, como o qual ainda não estava familiarizado).

No dia 10 Lauro nos disse algo um tanto estranho: como os índios que vivem próximos da sede da Missão estavam aguardando Cabral, ele iria até lá, pelas três horas da tarde, para enganá-los. Não conseguimos mais informações que esclarecessem tal propósito.

No dia 13, domingo de Carnaval, Lauro ouvia músicas carnavalescas no rádio, pela tarde, quando observou que Cabral não deveria demorar, porque não havia mais sabão.

No dia seguinte, Manoel Sebastião, empregado de Lauro e genro de Antônio Brasil, meio-irmão deste, contou-nos que Cabral estava vindo, pois havia ouvido a coruja *mao* cantar nas últimas noites, com exceção da derradeira. Segundo Sebastião, *mao* vê longe; ela anuncia aqueles que vêm, mas ainda estão distantes. Já a coruja *popo,* que é menor, vê perto, e anuncia os que estão próximos. Se canta de noite, já de madrugada chega aquele que ela anunciou. *Popo* também avisa da aproximação de queixadas e caitetus; se canta à noite, parte-se pela manhã para caçar esses animais. Na manhã do dia 15, Manoel Sebastião veio nos dizer que Cabral chegaria naquele dia, pois ouvira *popo* na última noite. Mas Cabral não chegou. Então ele supôs que ela tinha prenunciado a chegada do avião das Asas de Socorro (instituição de apoio às atividades misisonárias), que realmente pousara naquele dia na sede da Missão, como havia muito estava programado. No dia 18, Manoel Sebastião, falando de Cabral, afirmou que *mao* voltara a cantar na última noite. No dia seguinte foi a vez de Lauro nos dizer que Cabral chegaria naquele dia, porque *mao* cantara na última noite (o que não estava coerente com a informação já reproduzida de que *mao* avisa sobre os que ainda vêm longe).

Ao retornar da sede da Missão, no dia 22, Lauro nos comunicou que o piloto das Asas de Socorro havia trazido a notícia de que Cabral tinha partido de Benjamin Constant no último domingo (dia 20). No dia 24, na conversa mantida entre Lauro e seu freguês João (também chamado Zezinho), que chegara trazendo madeira, ouvimos as expressões *popo iqui* e *mao iqui,* e supusemos que fa-

lavam de predições a respeito da vinda de Cabral. No dia 27, tendo deixado a maloca de Lauro, chegamos à de João Pajé, próxima à sede da Missão, onde seu irmão Raimundo Dionísio e Benedito, filho da irmã e genro de ambos, disseram-nos que achavam que a notícia de que Cabral havia saído no domingo era mentira. Só pareceram aceitá-la quando nós, repetindo Lauro, esclarecemos que Cabral não "telefonara" para o misisonário (mesmo se entendermos por telefonar comunicar-se pelo rádio, isso é impossível de fazer entre Benjamin Constant ou cidades próximas com a Missão, cujo rádio só sintoniza com outros da Missão em Eirunepé ou Manaus), mas que fora o piloto das Asas de Socorro que recebera o recado de Cabral em Tabatinga e o transmitira o missionário. Mas, no dia seguinte, soubemos da esposa de um dos missionários que o piloto das Asas de Socorro não trouxera nenhum recado de Cabral.

Finalmente, ao retornarmos a Benjamin Constant, no mês seguinte, soubemos da esposa de Raimundo Cabral que ele partira para o alto Ituí pelo dia 2 março.

Que motivos teriam levado Lauro a sonhar, prestar atenção aos pios das corujas (como o fez também seu empregado e freguês Manoel Sebastião) e até, como ele próprio admitiu uma vez, e foi comprovado em outra, enganar? Seria apenas a falta de mercadoria, ou também a expectativa da alegria em mostrar seus prestígio, recebendo a visita e a demonstração de apreço do regatão? Mas, quem sabe, talvez esse fosse também um meio de Lauro fazer seus fregueses se apressarem em aprontar a madeira a ser rebocada, de modo a evitar que o regatão, uma vez chegado, tivesse de esperá-los, ou até desistisse dela (para tirar os troncos dos igarapés depende-se das pancadas de chuva que fazem subir rapidamente seu nível, que torna a baixar depressa pouco depois), impedindo-o de cobrir sua dívida. Ou ainda, seria um modo de fazer com que aqueles que desejavam vender a madeira diretamente a Cabral, apressando-se a trazê-la rio abaixo por causas das notícias de sua vinda iminente emanadas da maloca de Lauro, acabassem por se cansar de esperá-lo e a vendessem ao próprio Lauro. Valdir, por exemplo, desistiu de esperar por Cabral e vendeu seus cedros a Lauro.

Alcida Ramos descreveu detalhadamente e analisou o desenvolvimento de um boato numa comunidade do extremo noroeste de Roraima em que vivem em contato índios Sanumá e Mayongông (RAMOS, 1980). E chega à conclusão de que o boato, longe de ser um meio de transmitir notícias, pode ser considerado "como um modo estruturado de comunicação, manifestado de maneira infor-

mal e que enfatiza aspectos de uma situação social que não são normalmente verbalizados pelos atores". Surge em situações de tensão e de ambigüidade, e "pertence ao campo do pensamento metafórico". "Ele reflete os anseios, as perplexidades, os estereótipos, os temores daqueles que o fabricam, em relação aos componentes humanos, materiais ou situacionais que entram na sua trama" (RAMOS, 1980, pp. 126-128).

Parece-nos possível afirmar que o sonho de Lauro, sua expectativa junto ao rádio-receptor, suas mentiras e as interpretações dos pios de coruja que ele e Manoel Sebastião faziam constituíam elementos de um boato, cuja extensão não nos foi possível determinar, por estarmos todo o tempo junto à fonte geradora e por não podermos apanhar informações espontâneas, dado o nosos desconhecimento da língua Marúbo. Mas, se nos pusermos na perspectiva de Alcida Ramos, talvez tenhamos de interpretar esse boato procurando nos atores razões menos práticas do que as aventadas acima. De fato, a posição deste como de outros patrões Marúbo é permeada de ambigüidades. De um lado tem parentes que lhe são ao mesmo tempo fregueses e empregados, num possível conflito de deveres e obrigações ligados a papéis sobrepostos; de outro tem um amigo e compadre que lhe é também um credor e de cuja dependência comercial pretende escapar. Infelizmente não nos foi dado assistir à chegada do regatão, mas supomos que a alegria e talvez as festividades que a marcam apenas temperam um momento de grande tensão. Afinal, é então que o patrão indígena saberá se o seu saldo é positivo ou não e se, caso negativo. o regatão continuará a conceder-lhe crédito. Será também o momento em que o patrão Marúbo fará as contas com cada um de seus fregueses e empregados indígenas, cada um deles com a mesma expectativa. Vimos que é o regatão que sabe exatamente da dívida do patrão Marúbo e é este que sabe qual a dívida de seus empregados. Contrariamente ao sonho de Lauro, é o freguês que se sente nas mãos de seu patrão. Certamente para Lauro seu destino como comerciante era decidido a cada chegada de Raimundo Cabral.

Quanto à admissão explícita de que iria mentir aos índios que moram junto à sede da Missão, talvez constituísse o afloramento de uma hostilidade que teria três motivos: a) a recriminação que lhe faziam os missionários pelo uso e venda de cachaça; b) o apoio, ainda que parco, que a FUNAI dava aos índios do alto, sobretudo à cantina de Raimundo Dionísio, e que lhe era negado, porque a AJUSOL reprovava suas relações comerciais com Raimundo Cabral;

c) a concorrência que lhe fazia Raimundo Dionísio, no que tange à borracha; embora o irmão deste, João Pajé, tivesse como uma de suas esposas uma irmã de Lauro, e a falecida esposa de Raimundo fosse uma irmã classificatória da mesma seção do último, convém notar que os conflitos costumam aflorar no seio das relações de afinidade.

6. PATRÃO E PAJÉ

Certamente se deve levar em conta esse estado de tensão em que vive o patrão quando se considera que as pessoas que desempenham tal papel estão impossibilitadas de acumulá-lo com o de pajé, como admite pelo menos uma informação, que vamos reproduzir.

Os Marúbo, ao falarem português, usam o termo "pajé" como tradução do vocábulo *romeya*, que designa o indivíduo cuja alma pode retirar-se do corpo para ir visitar malocas de povos espirituais acima da superfície da terra, enquanto espíritos (*yové*) provenientes dessas malocas se encarnam sucessivamente em seu corpo. O *romeya*, portanto, é um xamã. Apenas três pessoas são assim consideradas atualmente entre os Marúbo.

O falecido Santiago, pai de Lauro Brasil, foi um grande pajé. Contou-nos que, quando seu pai "cantava" (nas sessões xamanísticas, isto é, quando vários *yové* cantavam sucessivamente por sua boca), apontava para onde havia anta, queixada, caitetu; indicava gente que vinha longe. Era o *yové* que mostrava onde estavam esses animais ou as pessoas que se aproximavam. Seu pai não sabia falar português, mas o fazia quando "cantava". Naquele tempo Lauro não sabia falar português; se fosse hoje, ele poderia responder-lhe (os homens que assistem à sessão xamanística conversam com os espíritos que se apossam do corpo do pajé). Também mostrava bolachas, bombons (balinhas) e os dava aos presentes para comer. Fazia isso quando recebia o espírito *Nawa* (Civilizado) *Vaká* (Espírito): era um espírito "cariú" (termo para civilizado, no Acre). "Trazia" ainda cigarro fraco, Continental; "trazia" roupa. Se hoje o pai ainda fosse vivo, Lauro lhe pediria dinheiro. Seu pai tinha um *tachi chomo* (pote com refresco de tabaco). Aqueles que assistiam às sessões xamanísticas viam o seu *tachi chomo* (parece que dependurado no seu braço), mas, quando iam pegá-lo, não havia nada, ele sumia. Ele não punha seus ornamentos de contas, mas, quando "cantava", os enfeites apareciam sobre seu corpo. Ele "cantava" todo dia, assim

aprendia tudo (dos *yové*) e ia ficando cada vez mais "forte". Quando ele morreu, sepultaram seu corpo, mas no dia seguinte a cova estava vazia e, no outro, havia muitos rastros de onça junto à sepultura: eram duas onças grandes, uma macho e outra fêmea. Pode-se vê-las, mas não se pode matá-las; se alguém atirar nelas, o chumbo não pega.

Contou-nos Lauro que era ainda pequeno quando seu pai morreu; se fosse maior, teria aprendido tudo (sobre xamanismo) com ele. Ele hoje bebe pouco *oni* (ayahuasca). Se bebesse muito, como gostaria de fazê-lo, seu pai, mesmo depois de falecido, iria ajudá-lo a transformar-se em pajé. Mas não bebe muito porque tem medo de perder sua conta das mercadorias e aí não conseguirá pagá-las. Tomás, igualmente já falecido, sabia falar português; mas quando se tornou pajé, também um grande pajé, esqueceu-o. Pajé forte perde o português, Reissamon perdeu-o. Naquele tempo este comprava muita mercadoria ao Chico Marco, do (seringal) Ipixuna, no Juruá. Mas virou pajé e perdeu a mercadoria. Seu patrão não lhe forneceu mais. Lauro chegou a trabalhar para Reissamon nesse tempo. Ele tinha muitos fregueses. Reissamon pediu a um outro pajé, Miguel, que lhe tirasse os *rome* (objetos imateriais inseridos no corpo do xamã e que lhe dão poder) para que pudesse conseguir de novo mercadorias; e Miguel o fez.

Essas informações de Lauro são da maior importância, pois indicam claramente a incompatibilidade entre os papéis de patrão e de pajé, quando desempenhados pelo mesmo indivíduo. Mostram-nos também que são dois papéis altamente cobiçados, tanto que Lauro gostaria de desempenhar também o outro, se isso fosse possível. Em outros Marúbo se pode notar a mesma ambivalência. César, por exemplo, que conhecemos no início de 1975 como aprendiz de pajé, esforçando-se por conseguir a experiência sobrenatural que o transformaria num xamã, em 1978, quando já reconhecia fracassada aquela sua tentativa, fazia planos para montar um botequim no PIA Curuçá. Também José, cujo pai, João Tuxaua, pressionava-o a aplicar-se na conquista dos poderes xamanísticos, contra a sua vontade, parece ser ultimamente o administrador da cantina ou das doações da FUNAI no rio Curuçá.

Além de projetos sucessivos no mesmo indivíduo, esses papéis também podem aparecer lado a lado, desempenhados por dois irmãos, moradores da mesma maloca, como é o caso do patrão Raimundo Dionísio e do xamã João Pajé. Enquanto o primeiro se dedica quase que inteiramente aos negócios, o segundo, mais novo, é que dirige a

maloca, além de ocupar-se das práticas xamanísticas. Como observou Montagner Melatti, é na ausência deste que aquele assume os encargos de receber as visitas. Raimundo Dionísio chegava ao ponto de preferir ter sua vida doméstica na casa sobre estacas, junto à qual tinha suas mercadorias, do que dentro da maloca. O próprio João Pajé disse à pesquisadora que ele era o *kakáya* (líder, vide item seguinte) da maloca, enquanto Raimundo era o *kakáya* dos brasileiros. Era, pois, como se os assuntos religiosos e da vida tradicional fossem mais cultivados por um, enquanto os do comércio e do contato interétnico, pelo outro.

Dicotomia semelhante se pode notar na maloca do patrão Lauro Brasil, onde é seu meio-irmão matrilateral mais velho, Antônio, que mais se preocupa em fazer as "honras da casa". Antônio não é xamã, mas demonstra maior interesse pelo contato com os espíritos, costumando deslocar-se com mais freqüência para assistir às sessões xamanísticas de João Pajé, onde não raro é aquele que serve o rapé e a ayahuasca a cada espírito que toma posse do corpo do xamã. Ele também se preocupa em ir às malocas onde há doentes, para entoar junto com outros os cânticos de cura. Aqueles que mais conhecem e mais competentemente entoam esses cânticos são chamados de *kenchintxó*. Mas geralmente, segundo a gravidade da doença e a proximidade de parentesco, qualquer homem adulto se sente na obrigação social de cantar, não importando sua capacidade. Lauro parece entoar cânticos de cura somente nesses casos em que não pode escapar de fazê-lo e seu desempenho é medíocre. É certo que Antônio também tem uma razoável experiência de visitas às cidades e compadres brasileiros. Mas é curioso notar que, enquanto esse contato alimentou em Lauro o fascínio pela mercadoria e sobretudo pelo dinheiro, como podemos notar em seu depoimento acima apresentado e declaração mais adiante, Antônio, talvez por um contato mais limitado às expedições militares e aos quartéis, mostra um especial encantamento pelos uniformes. Nas visitas a outras malocas, ou em ocasiões mais solenes, costuma apresentar-se de farda, botinas e quepe, peças que, sempre que possível, procura renovar.

O fascínio da mercadoria se nota também em Raimundo Dionísio. Contou-nos que, quando faleceu sua primeira esposa, ele não queria mais casar. O velho Américo (com cuja filha acabou casando) veio lhe dizer que era bom ficar assim, a que ele respondeu que não precisava de ajudante, só de mercadoria de brasileiro.

Enfim, não parece ser apenas a tensão em que vive o patrão e a atividade esgotadora, tanto do ponto de vista intelectual como físico, das sessões xamanísticas que impedem a sobreposição dos dois papéis no mesmo indivíduo. Essa incompatibilidade parece também apoiada em fundamentos simbólicos. Seria como se o conhecimento do pajé, apoiado nas tradições tribais e alimentado em suas visitas ao mundo dos espíritos, não se coadunasse com os conhecimentos provenientes do contato com o mundo dos brancos: a contabilidade e a língua portuguesa. Patrão e pajé fariam o contato da sociedade Marúbo com mundos distintos: o dos brancos e o dos espíritos. Apesar disso, os próprios Marúbo descobrem analogias entre esses dois mundos. Assim, João Pajé teria contado a Lauro que os lugares aonde vai quando "canta" são como a cidade, com muita gente, muito animados. Mas, tal como a pessoa sem dinheiro na cidade, ele tem de retornar. Em suma, através do pajé os Marúbo recebem conhecimentos e outros benefícios (como curas) do mundo dos *yovê*. Por intermédio do patrão, têm acesso aos bens oriundos do mundo dos brancos. Mas a compatibilidade dos dois mundos pode fazer com que o xamã se encontre diante de linhas cruzadas de comunicação, tal como ocorria com o pai de Lauro, que trazia mercadorias do mundo dos espíritos.

7. PATRÃO E LÍDER TRADICIONAL

Quando Sebastião Francisco desembarcou num final de tarde, em meados de fevereiro de 1983, na maloca de Lauro Brasil, algumas mulheres, falando conosco, referiam-se a ele como *Kakáya* (líder) *Chapõpa* (tecnonímia: "pai de Chapo"). Pouco depois, Antônio Brasil, irmão de Lauro, iria nos perguntar se conhecíamos o recém-chegado e acrescentaria: "ele é patrão". Nota-se, pois, neste exemplo e em outros que foram registrados por nós, que os Marúbo fazem uma correspondência entre o papel de patrão, claramente associado à situação de contato interétnico, com o papel tradicional de *kakáya*. Podem também traduzir este último termo usando o primeiro, como parecia fazê-lo Lauro, ao nos contar que, quando morre um Marúbo, eles choram muito, foi assim quando morreu seu pai, é assim quando morre um patrão (oomc já vimos, o pai de Lauro, sendo xamã, não poderia ter sido um comerciante). Em outros casos torna-se bastante difícil perceber em qual dos dois sentidos um informante usa um desses termos.

Muito já foi dito sobre o patrão. Mas que vem a ser um *kakáya?* Apesar de cada maloca ser dirigida por um homem, conhecido como "dono" (*shovo ivo kakáya*) da mesma, nem todos são reconhecidos como *kakáya,* no sentido tradicional do termo. O Marúbo César, em 1978, falando-nos sobre o assunto, identificou inicialmente quatro *kakáya*: o velho Domingos, então ainda vivo, e os falecidos Aurélio, Júlio (outro que não o informante acima citado) e Dionísio (pai de Raimundo Dionísio). Agora, segundo ele, não havia mais. *Kakáya* era aquele que convidava para trabalhar e todos iam, fazia festa e convidava a todos, não deixando faltar ninguém. Atualmente, se alguém chama para trabalhar, se chama para festa, nem todos vão. Ser *kakáya* é ter casa grande, capacidade de organizar festas, de ir convidar para ela as outras malocas e trazer consigo os convidados. O *kakáya* não é valentão, todos gostam dele, até as crianças. Apesar de ter assegurado não haver mais *kakáya,* César discutiu a possibilidade de alguns Marúbo do presente serem incluídos na categoria. Admitiu que Paulo (tio materno de Raimundo Dionísio e "dono" da maloca mais ampla e de maior número de moradores do Ituí, hoje dispersos) era um *kakáya,* pois, aonde ia, de lá trazia gente; também Alfredo, que dirigia a maior maloca do alto Curuçá, porque, ao contrário de seu pai (João Tuxaua, um venerado líder Marúbo, pelos seus conselhos, conhecimento das tradições, mitos e cantos de cura), era ele quem pensava para "tratar" (recepcionar) os parentes. Quanto a Lauro Brasil, disse que este queria ser *kakáya,* mas era seu irmão Antônio quem providenciava a comida, que ia convidar as outras malocas, e todos iam, porque gostavam dele, enquanto o primeiro deixava-se ficar em casa. Se Antônio não deixasse de ser assim, viria a ser um *kakáya.* O velho José do Nascimento era quase como Paulo, era um *kakáya.* Reissamon estava começando. Mas Raimundo Dionísio, João Pajé, Paulino, Américo, Mariano, não eram.

Uma informação de Firmínio, tomada por Montagner Melatti no final de 1982, concorda com a que acabamos de apresentar, identificando o *kakáya* como o organizador de festas: é ele quem manda caçar, fazer a comida, manda as mulheres trabalharem; quando faz festas seguidas é *kakáya* e tem maloca grande. Ele manda fazer roça e maloca. Referiu-se a seus seguidores (*shokõwa*) como "empregados". Apontou dois *kakáya* do passado, que estão entre os mesmos indicados pelo outro informante: Aurélio e Júlio. Assegurou, como o outro, que hoje não há mais *kakáya,* e também abriu exceções, dizendo que os velhos ainda o são, citando nominalmente

Américo (seu próprio pai), que o outro nega, e Paulo, no que o outro concorda. Citou ainda Abel como um quase-*kakáya*, que não chegou a sê-lo por ter parado de fazer festas. Apesar de os jovens "donos" de maloca fazerem festas, não os considerou, entretanto, como *kakáya*. A pesquisadora anotou dias depois, do mesmo informante, que antigamente o casamento se celebrava com festa organizada por um *kakáya*, que convidava muita gente, falava muito com o noivo e a noiva, e assim estavam casados.

Enfim, *kakáya* seria aquele que estaria em paz com um grande número de pessoas para poder ver aceitos pela maior parte dos Marúbo seus convites para as festas, ou seja, ritos, e com suficiente prestígio para mobilizar um grande número de parentes na sua organização, no preparo da maloca e na produção de alimentos para serem consumidos nas mesmas.

É digno de nota que os patrões Marúbo que apresentamos não foram arrolados como *kakáya*, no seu sentido tradicional, em nenhuma dessas informações (a não ser Reissamon, que estaria aflorando como *kakáya*, mas que já tinha deixado de ser patrão). Uma delas indica até um aspecto do comportamento de um desses patrões como incompatível com o do *kakáya*, quando diz que Lauro Brasil deixava-se ficar em casa (embora nessa época ele ainda estivesse ensaiando ser patrão). De fato, a observação do comportamento desse patrão em fevereiro de 1983 por nós, e do de Raimundo Dionísio durante um período mais longo por Montagner Melatti, deixou-nos realmente a impressão de que o patrão fica mais tempo em casa que os demais moradores da maloca. Suas saídas são breves. Passa uma boa parte do tempo parado, ao contrário dos demais Marúbo, que, mesmo em casa, sempre estão fazendo alguma coisa, seja capinando o quintal, seja elaborando alguma peça de artesanato. Certamente que o patrão deve estar à disposição dos fregueses, para atendê-los quando vêm em busca de mercadorias ou trazer-lhe o produto, o que o impede de ausências mais demoradas. Mas não seriam apenas essas razões práticas que motivariam a lentidão do ritmo de atividade dos patrões, que não raro chegam a dormir de dia. Por exemplo, em certa ocasião perguntamos a Lauro Brasil se, à medida que o dono da casa ia ficando velho, continuava a dirigí-la ou passava o encargo para outro. Respondeu-nos, dando como ilustração o caso do velho José do Nascimento: ele continua dirigindo sua maloca, mas seus habitantes estão se dispersando, como seus filhos Nicanor e José, que a abandonaram; e o velho ainda não tinha conseguido terminar de plantar a roça. E acrescentou: de

velho não se cuida, só de gente que tem dinheiro. E citou como exemplo: no tempo em que Raimundo Dionísio tinha mercadorias fornecidas por Antônio Maia, de Boa Fé, ele nem saía de casa; não caçava, não capinava, pagava todos os serviços.

Como Antônio Brasil foi citado como alguém que pode vir a tornar-se um *kakáya*, parece-nos ilustrativa a transcrição de seu discurso ritual (*sainki*), que entoou especialmente para gravarmos, em 10 de fevereiro de 1983, mas que se destina a ser dirigido pelo anfitrião, durante as festas em sua maloca, aos convidados ou por um destes àquele. Proferido em língua Marúbo, foi traduzido para nós de modo livre por Manoel Sebastião, genro de Antônio, havendo alguns trechos pouco inteligíveis:

Antônio começa dando uma explicação em linguagem cotidiana: "Quando se faz muita comida, mulher que faz, o chefe vai e traz o pessoal. Aí chegou, aí fala com mulher: Eu trouxe pessoal, vocês dão comida para a gente. Quando o pessoal chega, o chefe (*kakáya*) faz assim. Você (dirigindo-se ao pesquisador) quer escutar cantar assim, mas aqui não tem gente, quando há muita gente é que se canta assim. Quando muita gente chega, muita gente escuta cantar assim. Aí se pergunta às mulheres se elas fizeram muita comida. Não tem gente e eu, cantando assim, eu tenho vergonha".

Antônio então começa o discurso ritual propriamente dito, com entoação especial: "Primeira gente chamou *Vevo Kaniavo* e fizeram maloca. Derrubaram pau e fizeram maloca e chamaram essa maloca *Nawa Tevã Anipá* (quando se canta se chama a maloca assim, explica o tradutor). Quando ele casou (eu casei?) com mulher que não parente, ela morando junto com minhas irmãs. Eu fiz maloca, reuni-me com minha mãe, eu morando sozinho aqui, sem homem velho. Você não tem homem velho, eu que casei com você e fiz filha. E aí botamos nome do seu pessoal. Fiz menino e botamos nome dos meus parentes. Aí nossos filhos ficaram grandes, morando aqui. Quando nossos filhos grandes, eu não os mandei para outro canto, só ficando aqui. Eu fiz maloca, moramos aqui, eu ensinando o trabalho para nossos filhos. Eu fiz assim, eu fiz maloca, quando eu morrer, vocês ficarem, vocês não fizeram assim não, fui eu que fiz assim. Quando eu morrer e vocês ficarem, aí vocês não farão assim não. Nosso pai falou assim, ensinou assim e aí falarão com seus irmãos. Só eu morando aqui, vou fazendo roça, plantação, fazendo comida do pessoal, eu fazendo assim, vocês não fizeram assim não. Quando eu morrer, eu fiz todas essas roças, mas quando vocês ficarem, vocês não fizeram assim não. Aí eu ensinei a todos, a

vocês. O vovô de vocês (pai de Antônio) morreu e contou aos filhos deles. *Shane Resin* fizeram cantiga assim, e eles nunca morrem."

Antônio, continuando na linguagem ritual, parece agora dirigir-se ao pesquisador: "Quando meu parente entrou assim, ele cantou assim e eu cantei assim e o senhor não contou (cantou?) comigo não (quando gente de outro rio vem a minha casa, eles cantam assim e eu canto assim). Esse canto, se não tem gente, homem sozinho canta assim não (eu canto sozinho para ensinar ao senhor). Quando outro homem vem, vai escutar a história dele, aí ele canta assim. Desse canto, o senhor que me manda cantar assim e deveria cantar também. O pessoal queria casar com essa mulher e não disseram não; aí eu casei com essa mulher. Eu que tomei essa mulher, mulher dos outros. Por isso que tomando a comida dos outros. Nosso vovô (*vovokevo*) não ensinou a gente a trabalhar assim. Aí nós morando sozinho, nós aprendemos o trabalho. Aí meu irmão (Lauro Brasil), ele aprendeu o português, mas só meu irmão. Agora eu falando história de nosso vovô. Eu que fiz a comida da gente, eu que encho o bucho da gente. Eu entro na casa dos outros, cantando assim, o pessoal gosta de mim, todas essas mulheres, todos esses homens gostam de mim. Eu entro na casa dos outros cantando assim, eu digo, não tem gente aqui, mas eu canto assim."

Prosseguindo em linguagem comum: "Quando eu faço plantação eu canto assim, gente vem escutar. Agora eu faço comida assim, eu trago gente, eu dou comida ao pessoal. Você escutou eu cantar assim? Você queria escutar eu cantar assim. Porque, se você morasse aqui, a gente ensinaria assim. O meu pai que me ensinou a falar assim. Quando a gente manga (zomba) você, ele não manga de novo não. Quando mangar de mim, ela não vai mangar de novo não, está calada. Quando o sogro de meu irmão (minha irmã, pois refere-se a João Tuxaua) escutava eu morando aqui. Quando eu morando aqui, parece que sou homem velho, eu falando assim. Eu não sou homem velho não, eu sou novo, eu falo assim para contar ao pessoal. Meu cunhado, meu (minha) irmã, morando muito longe, eu falando assim, gente escuta. Quando mulher, homem, manga de mim, eu não tenho vergonha não. Quando gente manga de mim, eu não imagino não. Quando gente está doente, eu canto em cima, a gente melhora, aí gente gosta de mim, eu faço comida para gente, e vou atrás de gente, aí gente gosta de mim. Você me mandou cantar para você, mas eu não sou homem velho, sou homem novo, eu não sei história todinha não. Quando eu falo assim, você me pegando no rádio (gravador), gente quer escutar, você deixa

escutar e gente diz que estou enganando, eu não sei muito não. Quando eu quero fazer festa, eu vou atrás de gente, aí eu falo muito, se você quer pegar no rádio (gravador) você pega tudinho; agora está bom, só isso. Essa fala, quando gente chega, tem muita gente, aí gente escuta, aí se fala assim, essa fala não é ruim não, essa fala é muito boa. Esse canto é muito bom. A gente cantando assim é chefe, é patrão (*kakáya*) do Marúbo."

O discurso de Antônio Brasil faz um nítido contraste com a afirmação de Lauro, seu meio-irmão, acima referida, de que de velho não se cuida, só de gente que tem dinheiro. Para ser querido, Antônio insiste justamente nos meios tradicionais: organizar festas, fazer convites, oferecer alimentos, fazer roças para produzi-los, visitar outras malocas, entoar cânticos para curar os doentes. E mais, chama a atenção para a ausência de velhos na sua maloca, com os quais não teve oportunidade de aprender, e ele próprio se sente preocupado de falar de certos assuntos ou assumir determinado comportamento que compete aos velhos (ele deve ter uns quarenta anos de idade). Isso nos levaria a supor que um dos fatores que impede os atuais donos de maloca de serem *kakáya* é o fato de ainda não terem atingido uma determinada faixa de idade, embora isso não seja condição suficiente, pois há velhos que não são reconhecidos como tal.

É também digno de nota que ele só fale de si e de sua família de procriação, colocando-se como fundador da maloca, deixando Lauro no segundo plano, percebendo-se nos depoimentos deste último justamente o contrário.

Enfim, tanto o patrão como o *kakáya* tradicional conseguem mobilizar um grande número de pessoas e nisso se parecem. Mas, enquanto este apóia sua liderança nas relações de parentesco uterinas, cognáticas ou afins, na atração de moradores para sua residência, na experiência e prestígio adquiridos com a idade, no cultivo de relações amistosas, visitando e recepcionando moradores de outras malocas, aquele é seguido e procurado por causa das mercadorias de que dispõe.

8. PATRÃO E PARENTES

No seu "Prefácio à Segunda Edição" de *Índios e Castanheiros*, Roberto da Matta faz alusão ao exemplo de um índio Apinayé que "inventa fundar uma 'venda' na sua aldeia. Segue de perto o modelo de acumulação regional e monta seu negócio. Mas, em vez de virar

'patrão' e ampliar a diferença interna entre ele e seus patrícios, por meio de um progressivo processo de individualização, ocorre o justo oposto. O índio comerciante acaba por descobrir que acendeu novamente com as armas do branco a sua rede de relações sociais. Agora todos vão a sua casa pedir algo fiado e invocam o crédito na base das relações de parentesco. Depois de algum tempo a venda encontra sua falência econômica, compensada de longe pelo vivificar dos elos tradicionais que o capitalismo tosco dos sertões acabou dialeticamente reforçando e fazendo ressuscitar" (LARAIA & MATTA, 1979, p. 31).

Esse exemplo, tomado além do extremo oposto da Amazônia, sugere-nos algumas questões a levantar sobre as relações entre o patrão Marúbo e seus parentes.

A primeira é se, tal como no citado caso Apinayé, o empreendimento do patrão Marúbo não estaria sujeito à falência pelo mesmo motivo. Não dispomos de informações sobre a contabilidade de cada patrão de modo a averiguar até que ponto o parentesco afeta o andamento de seus negócios. Mas as razões alegadas, aqui já apontadas, para o fracasso definitivo ou temporário de alguns patrões não aludem à relações de parentesco. Os fracassos de Raimundo Dionísio foram atribuídos à falta de balança, ao desvio do trabalho dos índios para a construção do campo de pouso dos missionários, ou ao aumento do número de índios Marúbo que, vindo a conseguir dominar a língua portuguesa, passavam a preferir comerciar diretamente com os brancos. A falência de Reissamon, por sua vez, foi atribuída a sua transformação em xamã. Só num caso ouvimos dizer de um patrão que estaria em dificuldades porque seus fregueses não pagavam seus débitos: era esta, segundo Lauro Brasil, a situação de Sebastião Francisco, no começo de 1983, que estaria devendo 320.000 cruzeiros a seu fornecedor civilizado. E Lauro ainda acrescentou que não gostava de vender fiado (certamente queria dizer a prazo demasiadamente longo), pois se passavam três meses e os devedores não pagavam. Comentou então que os Marúbo que moravam junto da sede da Missão (e os quais, já registramos, ele chega a considerar como originariamente um outro povo) eram bons para pagar as dívidas, corrigindo logo depois com a ressalva de que também não eram tão bons assim. Mas, nesses comentários, em nenhum momento Lauro fez alusão a relações de parentesco. Também não o fez quando, falando da dívida de Sebastião e Fernando (filhos de uma prima paralela matrilateral), mostrava-se confiante na sua quitação, por serem ambos muito trabalhadores.

Mas há algumas informações que nos sugerem que as obrigações do parentesco atuam no sentido, não de impedir, mas pelo menos de arrefecer a marcha da acumulação pelo patrão. É provável que, no início da segunda fase de contato interétnico, no tempo de Carlos e no começo da carreira de Raimundo Dionísio, o patrão, sendo um dos poucos a dominar a língua dos brancos, se limitasse a coordenar o trabalho de extração e a servir de intérprete dos índios junto ao comerciante civilizado, dividindo as mercadorias entre todos os que tinham participado das atividades, sem uma correspondência muito estrita entre o tanto produzido e o quanto recebido por cada um. É fazendo referência a essa divisão igualitária que Mário Peruano, como já dissemos, rotula o grupo constituído pelo patrão e seus fregueses de uma "irmandade", e talvez a ausência de balança, lembrada por Lauro Brasil, estivesse associada à falta de preocupação em medir exatamente a produção de cada um. Mas, conforme os Marúbo iam conhecendo melhor o sistema de aviamento, inclusive a partir de alguns fracassos, deve ter se estabelecido a prática do lucro, dos juros, da majoração de preços. Mesmo assim, parece que ainda hoje os patrões Marúbo não estão em condições de calcular precisamente o quanto pretendem auferir nas suas transações, de modo a obter mais do que a simples cobertura de suas despesas. Observando-se seus bens, não parece haver muita diferença entre eles e os demais índios: motor de popa, rádio, máquina de costura, não são apenas os patrões que deles dispõem. Talvez a diferença entre eles e os outros esteja no próprio estoque de mercadorias, o qual, em boa parte, nem é propriedade deles, pois o devem a comerciantes brancos. Já dissemos que Lauro Brasil nada cobrava de seu filho e fazia preços de custo para seu meio-irmão matrilateral. Também fizemos referência à negativa de Eduardo em pagar preços superiores àqueles pelos quais o meio irmão matrilateral de sua esposa, Sebastião Francisco, tinha adquirido as mercadorias de seu fornecedor. Há casos também em que o patrão Marúbo, por dispor de mais recursos, ou pelo menos de crédito, é solicitado a fazer despesas com parentes que não são seus fregueses ou empregados. Lauro Brasil, por exemplo, levou à cidade duas de suas irmãs, casadas e moradoras de outras malocas, para porem dentaduras. Falando de uma delas, contou-nos que, além da prótese, pagou-lhe as passagens de motor, as refeições em Cruzeiro do Sul, comprou-lhe um vestido de que gostara e ainda lhe dera artigos de seu botequim, tais como pratos, gastando com ela um total de 62.000 cruzeiros. Havia, porém, mandado recado para um

filho dela, que já é rapaz grande, para que viesse lhe pagar pelo menos uns 40.000 cruzeiros, certamente, supomos, trabalhando para ele. Da outra, que não tinha filhos grandes, parece que Lauro não pretendia receber nada. É digno de nota que em nenhum dos dois casos Lauro cobrou dos maridos das irmãs, um deles Alfredo, que dirige uma grande maloca no Curuçá, e o outro, o xamã João Pajé.

Mas uma outra questão que se pode levantar é se as relações de parentesco, a par de freiarem o processo de acumulação, não oferecem, por outro lado, certas linhas de clivagem, tais como desníveis hierárquicos, graus de afastamento, distinção entre credores e devedores de prestações matrimoniais, que constituam brechas por onde o sistema de aviamento se instale no seio da sociedade tribal. Por exemplo, embora os(as) meios(as) irmãos(ãs), os primos(as) paralelos(as), o avô paterno, os(as) irmãos(ãs) e primos(as) paralelos(as) deste, a avó materna, os(as)irmãos(ãs) e primos paralelos(as) desta, os(as) filhos(as) do filho (de ego masculino), os(as) filhos(as) da filha (de ego feminino), sejam todos considerados como irmãos(ãs) (*take*), eles não constituem um todo homogêneo. Não somente esse mesmo termo geral (*take*) recobre várias subcategorias denominadas por outros termos, como a própria observação do comportamento nos permite dizer que filhos da mesma mãe parecem mais solidários entre si do que filhos de mães distintas, ainda que irmãs. Distinguem-se também de irmãos apenas através de pai, com mães de seções distintas. A idade relativa também distingue os irmãos reais e classificatórios, o que se acentua quando se trata de diferentes gerações. Os tios maternos, um dos quais, dada a regra do casamento preferencial, pode vir a ser sogro do sobrinho, dispõem de alguma autoridade sobre este, embora ainda não estejamos em condições de distingui-la exatamente da autoridade do pai, o qual pode partilhar da mesma maloca com um ou mais daqueles. Com freqüência também se nota uma certa primazia de certos homens sobre os irmãos da esposa mais novos que eles.

Ora, essas distinções também operam entre os Marúbo como critérios para isentar da dívida, reduzir o seu montante ou facilitar o pagamento da mesma, como vimos nos poucos exemplos citados, em que filho, irmã, meio irmão matrilateral e até esposo da meia irmã matrilateral foram beneficiados. Porém, apesar disso, a maioria dos fregueses e empregados também se incluem entre parentes bastante próximos, como se pode reparar nas figuras que acompanham este texto: filhos de irmãs, irmãos de esposas, entre outros. Esse fato nos leva a uma outra questão: se existe entre os parentes Marúbo

uma gradação que permite aplicar a uma parte deles, pelo menos, as regras comerciais em toda a sua plenitude, por que fracassa o comerciante Apinayé se na sua sociedade há uma classificação de parentes nas categorias de parentes próximos, parentes afastados e não-parentes, como nos mostra Roberto da Matta (MATTA, 1976, pp. 159-177)? É impossível discutir essa questão aqui por vários motivos. Em primeiro lugar, porque o comerciante Apinayé nos é apenas conhecido por uma referência e não por uma descrição etnográfica detalhada, não nos ficando claro se é alusão a um único caso ou a vários deles, cujo resultado é sempre o fracasso. Em segundo lugar, não sabemos se o comerciante Apinayé estava inserido num sistema de aviamento, tal como o estão os Marúbo, um sistema que não funciona sem o crédito, o adiantamento, o fiado, com o qual o patrão tem de saber lidar. Em terceiro lugar, ainda não temos condições de apresentar uma classificação dos parentes Marúbo em categorias, tal como fez Matta com os Apinayé. Porém, há elementos que nos permitem supor que, além de classificar os parentes, os Marúbo distinguem duas esferas de transações, uma fundamentada nos laços de parentesco e outra nas relações comerciais, uma incluindo os alimentos, as matérias primas e os artefatos tradicionalmente utilizados e outra os produtos destinados aos brancos e os instrumentos destes provenientes, uma incluindo as refeições comunais, as festas, as dádivas de gêneros agrícolas de uma maloca para outra, o trabalho agrícola, as caçadas e s pescarias coletivas, e a outra a extração de madeira, de borracha, a caçada de animais de couros valiosos, a fabricação de farinha, a criação de porcos e galinhas destinados aos comerciantes. A explicação de Lauro Brasil, já aludida, de por que não cobrava os alimentos de seus trabalhadores e os fazia colaborarem no seu cultivo, afirmando que não se destinavam ao comércio, bem parece ter a ver com essas duas esferas. A oposição entre maloca e depósitos-oficinas sobre estacas, apresentada em outro trabalho (MONTAGNER MELATTI & MELATTI, ms.), também parece ter algo a ver com essa dicotomia: na primeira, dorme-se, come-se, cozinha-se, faz-se xamanismo, entoam-se cânticos de cura; nos segundos, guardam-se os objetos valiosos, sobretudo os de origem industrial, guardam-se os couros e as pelas de borracha, e suas portas são trancadas a cadeado. Se essa divisão realmente opera, o patrão pode atuar segundo as regras do sistema de aviamento, sem quebrar suas obrigações com os parentes.
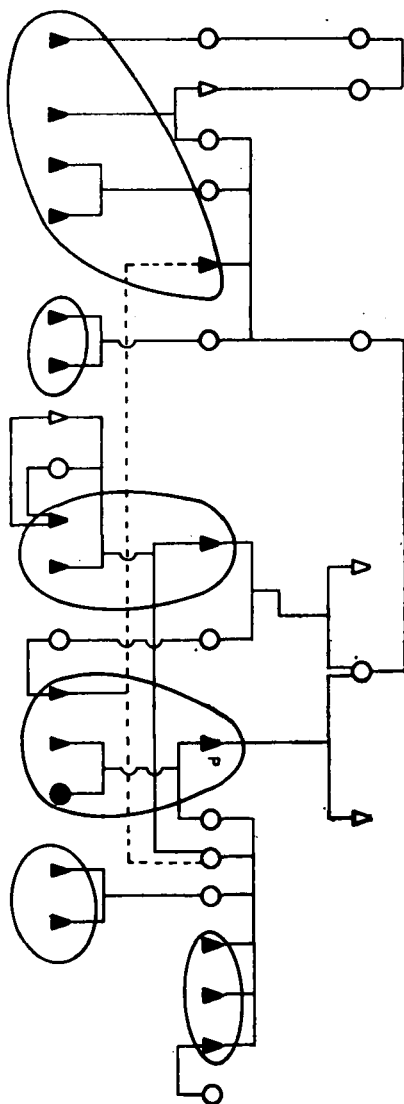
FIGURA 5

Grupos de trabalho (envolvidos com uma linha curva) ligados ao patrão (P) Lauro Brasil.

De qualquer maneira, as duas esferas não são estanques e os fregueses e empregados não parecem ligar-se ao patrão individualmente, mas como pequenos grupos de parentes que trabalham juntos ou trocam serviços, embora possam manter contas separadas com aquele. Na Figura 5, procuramos indicar como alguns dos fregueses e empregados de Sebastião Francisco. Temos então desde grupos de trabalho. E na Figura 6 fizemos o mesmo com alguns fregueses e empregados de Sebastião Francisco. Temos então desde grupos constituídos simplesmente por dois ou mais irmãos, passando por um exemplo que incorpora um homem e o marido da irmã, até aqueles que, além dessas duas combinações, incluem também indivíduos da geração antecedente, como o pai (ou o marido da mãe), o tio materno (que pode ser também sogro), o sogro. No caso dos grupos liderados pelo tio materno, o grupo de irmãos neles incorporados pode se ampliar, de modo a abranger primos paralelos matrilaterais. Nem sempre é o membro da geração mais antiga que lidera o grupo; por exemplo, na Figura 6, o grupo de que faz parte o próprio patrão parece ser liderado por este não pelo marido de sua mãe. No interior de cada grupo o marido da irmã tende a liderar os irmãos desta quando mais novos. Mas isso não acontece no grupo de trabalho de que faz parte o patrão na Figura 6.

É digno de nota assinalar, na Figura 5, que o patrão se liga aos diversos grupos de trabalho através sobretudo de parentes matrilineares seus ou da esposa. Já na Figura 6, o patrão se relaciona com os grupos de trabalho através principalmente de parentes matrilineares do marido de sua mãe. Neste caso, é preciso ter-se em conta que o falecido pai do patrão era um civilizado, portanto, sem parentes entre os Marúbo, e que desconhecemos em grande parte as relações genealógicas de sua mãe. Como as figuras não são exaustivas, resta limitarmo-nos a concluir sobre a importância das relações matrilineares diretas e das relações matrilinares de um afim próximo.

Em trabalho anterior (MELATTI, 1977), exploramos aqueles aspectos mais estáveis, estruturais, do sistema social Marúbo. Falta-nos ainda fazer um estudo da dinâmica desse mesmo sistema, das relações e esquemas de ação que se estabelecem através das escolhas, do cálculo e da composição social, ou seja, da sua organização social, para usarmos a clássica distinção de Raymond Firth (1974, cap. 2). Esse trabalho, que certamente se deverá fundar numa crônica das escolhas matrimoniais, das cisões de malocas, dos conflitos e rixas,

terá de ser realizado antes que possamos aprofundar mais o estudo das relações entre o patrão e seus parentes. Somente então se poderá discutir até que ponto o sistema social, a cultura Marúbo ou aspectos específicos do contato interétnico permitem aos Marúbo conjugar com êxito os laços de parentesco com as relações comerciais.
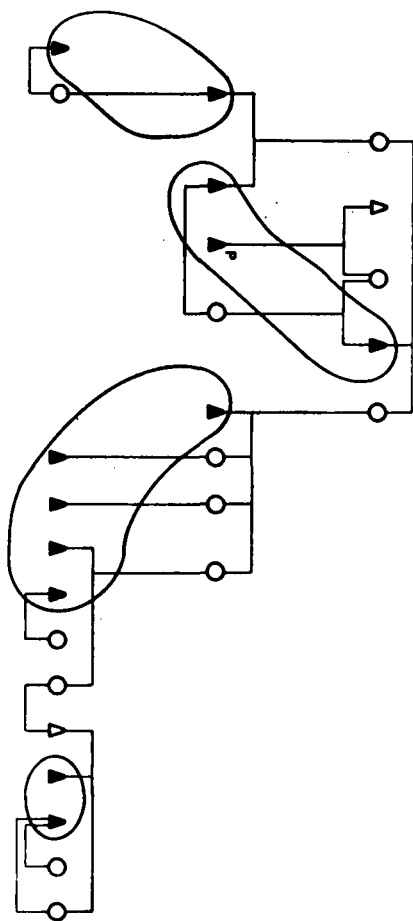
FIGURA 6

Grupos de trabalho (envolvidos por uma linha curva) ligada ao patrão (P) Sebastião Francisco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI ZANONI, Mary Helena. *Os seringueiros (estudo de caso em um seringal nativo do Acre)*. Dissertação de mestrado aprovada pelo Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1979 (datilogr.).

AQUINO, Terri Valle de. *Kaxinawá: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano"*. Dissertação de mestrado aprovada pelo Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1977 (datilogr.).

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Tradução. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

LARAIA, Roque de Barros & MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2.ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MATTA, Roberto da. *Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis, Vozes, 1976.

MELATTI, Julio Cezar. "Estrutura social Marúbo: um sistema australiano na Amazônia". *Anuário Antropológico/76*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977: 83-120.

MELATTI, Julio Cezar (coordenador e redator). *Javari*. Vol. 5 da coleção *Povos Indígenas no Brasil*, sob coordenação geral de Carlos Alberto Ricardo. São Paulo, CEDI, 1981.

MONTAGNER MELATTI, Delvair & MELATTI, Julio Cezar. "A maloca Marúbo: organização do espaço". *Revista de Antropologia*, vol. 27. São Paulo, USP-FFLCH, a sair (ms.).

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. "A decadência do aviamento num povoado da Amazônia: notas preliminares". *Anuário Antropológico/79*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981: 131-147.

RAMOS, Alcida Rita. "Boato: estrutura e ideologia na situação de contato Maiongong-Sanumá". In *Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil*, org. por Alcida Rita Ramos. São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980: 103-129.